

Polícia Militar do Estado de São Paulo

PM-SP

Curso de Formação de Oficiais

Volume I

Edital nº DP-3/321/18.

AG056-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PM-SP

Cargo: Curso de Formação de Oficiais

(Baseado no Edital nº DP-3/321/18)

Volume I

- História
- Filosofia
- Sociologia
- Geografia
- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa

Volume II

- Língua Espanhola
- Matemática
- Noções de Administração Pública
- Noções de Informática

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli
Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

História

1. MUNDO MODERNO.....	01
1.1 A Renascença: a Reforma e a Contrarreforma.....	01
1.2. A expansão marítimo-comercial e o processo de colonização da América, África e Ásia.....	01
1.3. Formação e evolução das monarquias nacionais; as revoluções burguesas do século XVII; Iluminismo e Despotismo.....	01
1.4. A política econômica mercantilista; a crise do sistema colonial e a independência no continente americano... 01	01
2. MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	10
2.1. A Revolução Francesa; o período napoleônico; os movimentos de.....	10
independência das Colônias Latino-Americanas; o ideal europeu de unificação nacional.....	10
2.2. A Revolução Industrial; a expansão e o universo capitalista; o apogeu da 10	10
europeia.....	10
2.3. A corrida imperialista; a Primeira Guerra Mundial; a Revolução Russa de 1917 e a formação da URSS. 10	10
2.4. O período Entre Guerras; as democracias liberais e os regimes totalitários.....	10
2.5. A Segunda Guerra Mundial; a descolonização afro-asiática; a Guerra Fria; a.....	10
estrutura de espoliação da América Latina.....	10
2.6. A fase do Pós-Guerra; os oprimidos do Terceiro Mundo; as grandes linhas do desenvolvimento científico e tecnológico do século XX. 10	10
2.7. O petróleo, o Oriente Médio e as lutas religiosas. 10	10
3. BRASIL COLÔNIA.....	39
3.1. A expansão marítima portuguesa e o descobrimento do Brasil; o reconhecimento geográfico e a exploração do pau-brasil; a ameaça externa e os primórdios da colonização.....	39
3.2. A organização político-administrativa; a expansão territorial; os tratados de limites.....	39
3.3. A agricultura de exportação como solução; a presença holandesa; a.....	39
interiorização da colonização; a mineração e a economia colonial.....	39
3.4. A sociedade colonial; os indígenas e a reação à conquista; as lutas dos negros; os movimentos nativistas. 39	39
3.5. A arte e a literatura da fase colonial; a ação missionária e a educação. 39	39
4. BRASIL IMPÉRIO.....	52
4.1. A crise do antigo sistema colonial e o processo de emancipação política do.....	52
Brasil; o reconhecimento internacional. 52	52
4.2. O processo político no Primeiro Reinado; as rebeliões provinciais; a abdicação de D. Pedro I. 52	52
4.3. O centralismo político e os conflitos sociais do Período Regencial; a evolução político-administrativa do Segundo Reinado; a política externa e os conflitos latino-americanos do século XIX. 52	52
4.4. A sociedade brasileira da fase imperial, o surto do café, as transformações econômicas, a imigração, a abolição da escravidão, as questões religiosa e militar..... 52	52
4.5. As manifestações culturais; as ciências, as artes e a literatura no período imperial. 52	52
5. BRASIL REPÚBLICA.....	70
5.1. A crise do sistema monárquico imperial e a solução republicana; a Constituição de 1891.....	70
5.2. A Primeira República (1889-1930) e sua evolução político-administrativa; as.....	70
dissidências oligárquicas e a Revolução de 1930; a vida econômica e os movimentos sociais no campo e nas cidades.....	70
5.3. A Segunda República e sua trajetória político-institucional; do Estado Novo ao golpe militar de 1964; a curta experiência parlamentarista; as Constituições de 1946, 1967 e 1988. 70	70
5.4. As transformações socioeconômicas ao longo dos cem anos de vida.....	70
republicana; o café e o processo de industrialização; as crises e as lutas operárias; o processo de internacionalização da economia brasileira e o endividamento externo..... 70	70
5.5. Aspectos do desenvolvimento cultural e científico do Brasil no século XX..... 70	70
5.6. A globalização e as questões ambientais..... 70	70
6. ANTIGUIDADE.....	91
6.1. Os povos do Oriente Próximo e suas organizações políticas.....	91
6.2. As cidades-estados da Grécia.....	91
6.3. Formação, desenvolvimento e declínio do Império Romano do Ocidente. 91	91
6.4. A vida socioeconômica e religiosa dos mesopotâmicos, egípcios, fenícios e hebreus.....	91
6.5. O legado cultural dos gregos e dos romanos.....	91
7. MUNDO MEDIEVAL.....	97

SUMÁRIO

7.1. Formação e desenvolvimento do sistema feudal.....	97
7.2. A organização política feudal; os reinos cristãos da Península Ibérica.....	97
7.3. O crescimento comercial-urbano e a desagregação do feudalismo.....	97
7.4. A Civilização Muçulmana.....	97
7.5. O legado cultural do Mundo Medieval.....	97
7.6. A Civilização Bizantina.....	97

Filosofia

1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA:.....	01
1.1. História da Filosofia: instrumentos de pesquisa.....	01
1.2. Introdução à Filosofia da Ciência.....	01
1.3. Introdução à Filosofia da Cultura.....	01
1.4. Introdução à Filosofia da Arte.....	01
1.5. O intelecto: empirismo e criticismo.....	01
1.6. Democracia e justiça.....	01
1.7. Os direitos humanos.....	01
2. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO:.....	13
2.1. O eu racional: introdução ao sujeito ético.....	13
2.2. Introdução à bioética.....	13
2.3. A técnica.....	13
3. IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CIDADANIA:.....	16
3.1. O homem como um ser da natureza.....	16
3.2. A concepção platônica da desigualdade.....	16
3.3. A desigualdade segundo Rousseau.....	16

Sociologia

1. O CANDIDATO NA SOCIEDADE E A SOCIOLOGIA.....	01
1.1. Como pensar diferentes realidades.....	01
1.2. O homem como ser social.....	01
2. O QUE PERMITE AO CANDIDATO VIVER EM SOCIEDADE?.....	01
2.1. A inserção em grupos sociais: família, escola, vizinhança, trabalho.....	01
2.2. Relações e interações sociais.....	01
2.3. Socialização.....	01
3. O QUE NOS UNE COMO HUMANOS? O QUE NOS DIFERENCIA?.....	03
3.1. O que nos diferencia como humanos.....	03
3.2. Conteúdos simbólicos da vida humana: cultura.....	03
3.3. Características da cultura.....	03
3.4. A humanidade na diferença.....	03
4. O QUE NOS DESIGUALA COMO HUMANOS?.....	04
4.1. Etnias.....	04
4.2. Classes sociais.....	04
4.3. Gênero.....	04
4.4. Geração.....	04
5. DE ONDE VEM A DIVERSIDADE SOCIAL BRASILEIRA?.....	06
5.1. A população brasileira: diversidade nacional e regional.....	06
5.2. O estrangeiro do ponto de vista sociológico.....	06
5.3. A formação da diversidade:.....	06
5.3.1. Migração, emigração e imigração.....	06
5.3.2. Aculturação e assimilação.....	06
6. QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA VIDA SOCIAL BRASILEIRA?.....	07
6.1. O trabalho como mediação.....	07

SUMÁRIO

6.2. Divisão social do trabalho:	07
6.2.1. Divisão sexual e etária do trabalho.	07
6.2.2. Divisão manufatureira do trabalho.....	07
6.3. Processo de trabalho e relações de trabalho.....	07
6.4. Transformações no mundo do trabalho.	07
6.5. Emprego e desemprego na atualidade.....	07
7. O CANDIDATO EM MEIO AOS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	09
7.1. Violências simbólicas, físicas e psicológicas.....	09
7.2. Diferentes formas de violência: doméstica, sexual e na escola.	09
7.3. Razões para a violência.	09
8. O QUE É CIDADANIA?	11
8.1. O significado de ser cidadão ontem e hoje.....	11
8.2. Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos.	11
8.3. A Constituição Brasileira e a Constituição Paulista	11
8.4. A expansão da cidadania para grupos especiais:.....	11
8.4.1. Crianças e adolescentes, idosos e mulheres.....	11
9. QUAL É A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO?	13
9.1. Estado e governo.	13
9.2. Sistemas de governo.	13
9.3. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.	13
10. O QUE É NÃO CIDADANIA?	18
10.1. Desumanização e coisificação do outro.....	18
10.2. Reprodução da violência e da desigualdade social.....	18

Geografia

1. A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA.	01
1.1. Os mecanismos da natureza.....	01
1.2. Os recursos naturais e a sobrevivência do homem.....	01
1.2.1. As desigualdades na distribuição e na apropriação dos recursos naturais no mundo.	01
1.2.2. O uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.	01
2. ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO ESPAÇO MUNDIAL.....	15
2.1. Capitalismo, industrialização e transnacionalização do capital.....	15
2.1.1. Economias industriais e não industriais: articulação e desigualdades.	15
2.1.2. As transformações na relação cidade-campo.	15
2.2. Industrialização e desenvolvimento tecnológico: dominação/subordinação político-econômica.	15
2.3. O papel do Estado e as organizações político-econômicas na produção do espaço.	15
2.4. Fundamentos econômicos, sociais e políticos da mobilidade espacial e do crescimento demográfico.	15
2.5. A divisão internacional e territorial do trabalho.....	15
2.6. O fim da Guerra Fria. A desagregação da URSS. A nova ordem econômica mundial.....	15
3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO.....	29
3.1. A formação territorial do Brasil e sua relação com a natureza.	29
3.2. O processo de industrialização brasileira e a internacionalização do capital.	29
3.2.1. Urbanização, metropolização e qualidade de vida.	29
3.2.2. Estrutura e produção agrária e impactos ambientais.	29
3.2.3. População: crescimento, estrutura e migrações, condições de vida e de trabalho.....	29
3.3. O papel do Estado e as políticas territoriais.....	29
3.4. A regionalização do Brasil: desenvolvimento desigual e combinado.....	29

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1. NORMA ORTOGRÁFICA.....	01
2. MORFOSSINTAXE.....	08
2.1. Classes de palavras.....	08
2.2. Processos de derivação.....	08
2.3. Processos de flexão verbal e nominal.....	08
2.4. Concordância nominal e verbal.....	08
2.5. Regência nominal e verbal.....	08
2.6. Coordenação e subordinação.....	08
3. COLOCAÇÃO DAS PALAVRAS.....	08
4. CRASE.....	71
5. PONTUAÇÃO.....	76
6. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	79
7. ORGANIZAÇÃO TEXTUAL.....	84
7.1. Mecanismos de Coesão e Coerência.....	84
8. FIGURAS DE LINGUAGEM.....	87
9. SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	91
10. LITERATURA BRASILEIRA: desde as origens até a atualidade.....	96
11. LITERATURA PORTUGUESA: desde as origens até o Primeiro Modernismo (século XX).....	108

Língua Inglesa

1. Compreensão geral do sentido e do propósito do texto.....	01
2. Compreensão de ideias específicas expressas em parágrafos e frases e a relação entre parágrafos e frases do texto.....	01
3. Localização e identificação de informações específicas em um ou mais trechos do texto.....	01
4. Identificação de marcadores textuais como conjunções, advérbios, preposições etc. e compreensão de sua função essencial no texto.....	03
5. Compreensão do significado de itens lexicais fundamentais para a correta interpretação do texto seja por meio de substituição (sinonímia) ou de explicação da carga semântica do termo ou expressão.....	06
6. Localização de referência textual específica de elementos, tais como pronomes, advérbios, entre outros, sempre em função de sua relevância para a compreensão das ideias expressas no texto.....	07
7. Compreensão da função de elementos linguísticos específicos na produção de sentido no contexto em que são utilizados.....	33

HISTÓRIA

1. MUNDO MODERNO.....	01
1.1 A Renascença: a Reforma e a Contrarreforma.....	01
1.2. A expansão marítimo-comercial e o processo de colonização da América, África e Ásia.....	01
1.3. Formação e evolução das monarquias nacionais; as revoluções burguesas do século XVII; Iluminismo e Despotismo.....	
1.4. A política econômica mercantilista; a crise do sistema colonial e a independência no continente americano.....	01
2. MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	10
2.1. A Revolução Francesa; o período napoleônico; os movimentos de.....	10
independência das Colônias Latino-Americanas; o ideal europeu de unificação nacional.....	10
2.2. A Revolução Industrial; a expansão e o universo capitalista; o apogeu da europeia.....	10
2.3. A corrida imperialista; a Primeira Guerra Mundial; a Revolução Russa de 1917 e a formação da URSS.....	10
2.4. O período Entre Guerras; as democracias liberais e os regimes totalitários.....	10
2.5. A Segunda Guerra Mundial; a descolonização afro-asiática; a Guerra Fria; a.....	10
estrutura de espoliação da América Latina.....	10
2.6. A fase do Pós-Guerra; os oprimidos do Terceiro Mundo; as grandes linhas do desenvolvimento científico e tecnológico do século XX.....	10
2.7. O petróleo, o Oriente Médio e as lutas religiosas.....	10
3. BRASIL COLÔNIA.....	39
3.1. A expansão marítima portuguesa e o descobrimento do Brasil; o reconhecimento geográfico e a exploração do pau-brasil; a ameaça externa e os primórdios da colonização.....	39
3.2. A organização político-administrativa; a expansão territorial; os tratados de limites.....	39
3.3. A agricultura de exportação como solução; a presença holandesa; a.....	39
interiorização da colonização; a mineração e a economia colonial.....	39
3.4. A sociedade colonial; os indígenas e a reação à conquista; as lutas dos negros; os movimentos nativistas.....	39
3.5. A arte e a literatura da fase colonial; a ação missionária e a educação.....	39
4. BRASIL IMPÉRIO.....	52
4.1. A crise do antigo sistema colonial e o processo de emancipação política do.....	52
Brasil; o reconhecimento internacional.....	52
4.2. O processo político no Primeiro Reinado; as rebeliões provinciais; a abdicação de D. Pedro I.....	52
4.3. O centralismo político e os conflitos sociais do Período Regencial; a evolução político-administrativa do Segundo Reinado; a política externa e os conflitos latino-americanos do século XIX.....	52
4.4. A sociedade brasileira da fase imperial, o surto do café, as transformações econômicas, a imigração, a abolição da escravidão, as questões religiosa e militar.....	52
4.5. As manifestações culturais; as ciências, as artes e a literatura no período imperial.....	52
5. BRASIL REPÚBLICA.....	70
5.1. A crise do sistema monárquico imperial e a solução republicana; a Constituição de 1891.....	70
5.2. A Primeira República (1889-1930) e sua evolução político-administrativa; as.....	70
dissidências oligárquicas e a Revolução de 1930; a vida econômica e os movimentos sociais no campo e nas cidades.....	
5.3. A Segunda República e sua trajetória político-institucional; do Estado Novo ao golpe militar de 1964; a curta experiência parlamentarista; as Constituições de 1946, 1967 e 1988.....	70
5.4. As transformações socioeconômicas ao longo dos cem anos de vida.....	70
republicana; o café e o processo de industrialização; as crises e as lutas operárias; o processo de internacionalização da economia brasileira e o endividamento externo.....	70
5.5. Aspectos do desenvolvimento cultural e científico do Brasil no século XX.....	70
5.6. A globalização e as questões ambientais.....	70
6. ANTIGUIDADE.....	91
6.1. Os povos do Oriente Próximo e suas organizações políticas.....	91
6.2. As cidades-estados da Grécia.....	91
6.3. Formação, desenvolvimento e declínio do Império Romano do Ocidente.....	91
6.4. A vida socioeconômica e religiosa dos mesopotâmicos, egípcios, fenícios e hebreus.....	91
6.5. O legado cultural dos gregos e dos romanos.....	91
7. MUNDO MEDIEVAL.....	97
7.1. Formação e desenvolvimento do sistema feudal.....	97
7.2. A organização política feudal; os reinos cristãos da Península Ibérica.....	97

7.3. O crescimento comercial-urbano e a desagregação do feudalismo.....	97
7.4. A Civilização Muçulmana.....	97
7.5. O legado cultural do Mundo Medieval.....	97
7.6. A Civilização Bizantina.	97

1. MUNDO MODERNO.

1.1 A Renascença: a Reforma e a Contra-Reforma.

1.2. A expansão marítimo-comercial e o processo de colonização da América, África e Ásia.

1.3. Formação e evolução das monarquias nacionais; as revoluções burguesas do século XVII; Iluminismo e Despotismo.

1.4. A política econômica mercantilista; a crise do sistema colonial e a independência no continente americano.

O Renascimento

O termo Renascimento é comumente aplicado à civilização europeia que se desenvolveu entre 1300 e 1650. Além de reviver a antiga cultura greco-romana, ocorreram nesse período muitos progressos e incontáveis realizações no campo das artes, da literatura e das ciências, que superaram a herança clássica. O ideal do humanismo foi sem dúvida o móvel desse progresso e tornou-se o próprio espírito do Renascimento. Trata-se de uma volta deliberada, que propunha a ressurreição consciente (o renascimento) do passado, considerado agora como fonte de inspiração e modelo de civilização. Num sentido amplo, esse ideal pode ser entendido como a valorização do homem (Humanismo) e da natureza, em oposição ao divino e ao sobrenatural, conceitos que haviam impregnado a cultura da Idade Média.

Características gerais:

- Racionalidade
- Dignidade do Ser Humano
- Rigor Científico
- Ideal Humanista
- Reutilização das artes greco-romana

Arquitetura

Na arquitetura renascentista, a ocupação do espaço pelo edifício baseia-se em relações matemáticas estabelecidas de tal forma que o observador possa compreender a lei que o organiza, de qualquer ponto em que se coloque.

"Já não é o edifício que possui o homem, mas este que, aprendendo a lei simples do espaço, possui o segredo do edifício" (Bruno Zevi, Saber Ver a Arquitetura)

Principais características: - Ordens Arquitetônicas;

- Arcos de Volta-Perfeita;
- Simplicidade na construção;
- A escultura e a pintura se desprendem da arquitetura e passam a ser autônomas;
- Construções; palácios, igrejas, vilas (casa de descanso fora da cidade), fortalezas (funções militares).

O principal arquiteto renascentista:

Brunelleschi - é um exemplo de artista completo renascentista, pois foi pintor, escultor e arquiteto. Além de dominar conhecimentos de Matemática, Geometria e de ser gran-

de conhecedor da poesia de Dante. Foi como construtor, porém, que realizou seus mais importantes trabalhos, entre eles a cúpula da catedral de Florença e a Capela Pazzi.

Pintura

Principais características:

- Perspectiva: arte de figura, no desenho ou pintura, as diversas distâncias e proporções que têm entre si os objetos vistos à distância, segundo os princípios da matemática e da geometria.

- Uso do claro-escuro: pintar algumas áreas iluminadas e outras na sombra, esse jogo de contrastes reforça a sugestão de volume dos corpos.

- Realismo: o artistas do Renascimento não vê mais o homem como simples observador do mundo que expressa a grandeza de Deus, mas como a expressão mais grandiosa do próprio Deus. E o mundo é pensado como uma realidade a ser compreendida cientificamente, e não apenas admirada.

- Inicia-se o uso da tela e da tinta à óleo.

- Tanto a pintura como a escultura que antes apareciam quase que exclusivamente como detalhes de obras arquitetônicas, tornam-se manifestações independentes.

- Surgimento de artistas com um estilo pessoal, diferente dos demais, já que o período é marcado pelo ideal de liberdade e, consequentemente, pelo individualismo.

Os principais pintores foram:

Leonardo da Vinci - ele dominou com sabedoria um jogo expressivo de luz e sombra, gerador de uma atmosfera que parte da realidade, mas estimula a imaginação do observador. Foi possuidor de um espírito versátil que o tornou capaz de pesquisar e realizar trabalhos em diversos campos do conhecimento humano. Obras destacadas: A Virgem dos Rochedos e Monalisa.

Michelangelo - entre 1508 e 1512 trabalhou na pintura do teto da Capela Sistina, no Vaticano. Para essa capela, concebeu e realizou grande número de cenas do Antigo Testamento. Dentre tantas que expressam a genialidade do artista, uma particularmente representativa é a criação do homem. Obras destacadas: Teto da Capela Sistina e a Sagrada Família

Rafael - suas obras comunicam ao observador um sentimento de ordem e segurança, pois os elementos que compõem seus quadros são dispostos em espaços amplo, claros e de acordo com uma simetria equilibrada. Foi considerado grande pintor de "Madonas".

Obras destacadas: A Escola de Atenas e Madona da Manhã.

Escultura

Em meados do século XV, com a volta dos papas de Avinhão para Roma, esta adquire o seu prestígio. Protetores das artes, os papas deixam o palácio de Latrão e passam a residir no Vaticano. Ali, grandes escultores se revelam, o maior dos quais é Michelangelo, que domina toda a escultura italiana do século XVI. Algumas obras: Moisés, Davi (4,10m) e Pietá.

Outro grande escultor desse período foi Andrea del Verrochio. Trabalhou em ourivesaria e esse fato acabou influenciando sua escultura. Obra destacada: Davi (1,26m) em bronze.

Principais Características:

- Buscavam representar o homem tal como ele é na realidade;
- Proporção da figura mantendo a sua relação com a realidade;

- Profundidade e perspectiva;
- Estudo do corpo e do caráter humano.

O Renascimento Italiano se espalha pela Europa, trazendo novos artistas que nacionalizaram as ideias italianas. São eles:

- Durer;
- Hans;
- Holbein;
- Bosch Bruegel.

Reforma Religiosa

No fim da Idade Média, o crescente desprestígio da Igreja do Ocidente, mais interessada no próprio enriquecimento material do que na orientação espiritual dos fiéis; a progressiva secularização da vida social, imposta pelo humanismo renascentista; e a ignorância e o relaxamento moral do baixo clero favoreceram o desenvolvimento do grande cisma do Ocidente, registrado entre 1378 e 1417, e que teve entre suas principais causas a transferência da sede papal para a cidade francesa de Avignon e a eleição simultânea de dois e até de três pontífices.

Uma angústia coletiva dominou todas as camadas sociais da época, inquietas com os abusos da Igreja, que exigia dos fiéis díizimos cada vez maiores e se enriqueciam progressivamente com a venda de cargos eclesiásticos. Bispos eram nomeados por razões políticas e os novos clérigos cobravam altos preços pelos seus serviços (indulgências), e nem sempre possuíam suficientes conhecimentos de religião ou compreendiam os textos que recitavam.

Com as rendas que auferiam, papas e bispos levavam uma vida de magnificência, enquanto os padres mais humildes, carentes de recursos, muitas vezes sustentavam suas paróquias com a instalação de tavernas, casas de jogo ou outros estabelecimentos lucrativos. Outros absurdos como a venda de objetos tidos como relíquias sagradas – por exemplo, lascas de madeira como sendo da cruz de Jesus Cristo – eram efetuados em profusão. Diante dessa situação alienante, pequenos grupos compostos por membros do clero e mesmo por leigos estudavam novas vias espirituais, preparando discretamente uma verdadeira reforma religiosa.

O Luteranismo na Alemanha

Na Alemanha, o frade agostiniano Martinho Lutero desenvolveu suas reflexões, criando a doutrina da justificação pela fé como único ponto de partida para aprofundar os ensinamentos que recebera. Segundo ele, “Deus não nos julga pelos pecados e pelas obras, mas pela nossa fé”. Enquanto a concessão de indulgências como prática de devoção era entendida pelos cristãos como absolvição, a justificação pela fé defendida por Lutero não permitia atribuir valor às obras de caridade, opondo-se à teoria da salvação pelos méritos. Em 1517, Lutero publicou suas 95 teses, denunciando falsas seguranças dadas aos fiéis. Segundo diziam essas teses, só Deus poderia perdoar, e não o papa, e a única fonte de salvação da Igreja residia no Evangelho. Em torno dessa nova posição, iniciou-se na Alemanha um conflito entre dominicanos e agostinianos.

Em 1520 o papa Leão X promulgou uma bula em que dava 60 dias para a execução da retratação de Lutero, que então queimou publicamente a bula papal, sendo excomungado. No entanto, Lutero recebeu grande apoio e conquistara inúmeros adeptos da sua doutrina, como os humanistas, os nobres e os jovens estudantes. Consequentemente, uma

revolta individual transformou-se num cisma geral. Na Alemanha as condições favoráveis à propagação do luteranismo se acentuaram devido à fraqueza do poder imperial, às ambições dos príncipes em relação aos bens da Igreja, às tensões sociais que opunham camponeses e senhores, e o nacionalismo, hostil às influências religiosas de Roma.

O imperador do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V, tentou um acordo para tolerar o luteranismo onde já houvesse, mas pretendia impedir sua propagação. Cinco principados protestaram contra esta sanção, o que gerou o termo protestantismo. Sentindo a fragmentação cristã em seus domínios, Carlos V convocou a Dieta de Augsburg, visando conciliar protestantes e cristãos. Dada a impossibilidade de acordo, os príncipes católicos e o imperador acataram as condenações, na tentativa de eliminar o protestantismo luterano. Após anos de luta, em 1555, os protestantes venceram, e foi assinada a paz, que concedeu liberdade de religião no Santo Império. Lutero morreu em 1546, mas permaneceu como grande inspirador da Reforma.

O movimento luterano abriu caminhos para rebeliões políticas e sociais, não previstas por Lutero. Em 1524 eclodiu a Revolta dos Camponeses, composta em sua maioria por membros de uma nova seita, os anabatistas. Extremamente agressivos e individualistas, levaram às concepções de Lutero sobre a livre interpretação da Bíblia e reclamavam a supressão da propriedade e a partilha das riquezas da Igreja. Embora sustentando a ideia de liberdade cristã, Lutero submetia-se a autoridades legítimas, recusando-se a apoiar os revoltosos. Condenou então as revoltas e incitou os nobres à repressão. Os camponeses foram vencidos e o protestantismo se expandiu apenas para os países escandinavos (Suécia, Noruega e Dinamarca), sendo instrumento de rebelião dos burgueses e comerciantes contra os senhores de terra, que eram nobres católicos.

O Calvinismo na França

Na França, o teólogo João Calvino posicionou-se com as obras protestantes e as ideias evangelistas, partindo da necessidade de dar à Reforma um corpo doutrinário lógico, eliminando todas as primeiras afirmações fundamentais de Lutero: a incapacidade do homem, a graça da salvação e o valor absoluto da fé. Calvino julgava Deus todo poderoso, estando a razão humana corrompida, incapaz de atingir a verdade. Segundo ele, o arrependimento não levaria o homem à salvação, pois este tinha natureza irremediavelmente pecadora. Formulou então a Teoria da Predestinação: Deus concedia a salvação a poucos eleitos, escolhidos por toda a eternidade. Nenhum homem poderia dizer com certeza se pertencia a este grupo, mas alguns fatores, entre os quais a obediência virtuosa, dar-lhe-iam esperança.

Os protestantes franceses seguidores da doutrina calvinista eram chamados huguenotes, e se propagaram rapidamente pelo país. O calvinismo atingiu a Europa Central e Oriental. Calvino considerou o cristão livre de todas as proibições inexistentes em sua Escritura, o que tornava lícitas as práticas do capitalismo, determinando uma certa liberdade em relação à usura, enquanto Lutero, muito hostil ao capitalismo, considerava-o obra do demônio. Segundo Calvino, “Deus dispôs todas as coisas de modo a determinarem a sua própria vontade, chamando cada pessoa para sua vocação

FILOSOFIA

1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA:	01
1.1. História da Filosofia: instrumentos de pesquisa.	01
1.2. Introdução à Filosofia da Ciência	01
1.3. Introdução à Filosofia da Cultura	01
1.4. Introdução à Filosofia da Arte	01
1.5. O intelecto: empirismo e criticismo.	01
1.6. Democracia e justiça	01
1.7. Os direitos humanos	01
2. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO:	13
2.1. O eu racional: introdução ao sujeito ético.	13
2.2. Introdução à bioética.	13
2.3. A técnica	13
3. IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CIDADANIA:	16
3.1. O homem como um ser da natureza.	16
3.2. A concepção platônica da desigualdade	16
3.3. A desigualdade segundo Rousseau	16

1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA:

1.1. HISTÓRIA DA FILOSOFIA:

INSTRUMENTOS DE PESQUISA.

1.2. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CIÊNCIA.

1.3. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CULTURA.

1.4. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA ARTE.

1.5. O INTELLECTO: EMPIRISMO E CRITICISMO.

1.6. DEMOCRACIA E JUSTIÇA.

1.7. OS DIREITOS HUMANOS.

“A filosofia nasce de uma tentativa desusadamente obstinada de chegar ao conhecimento real”, diz Bertrand Russell. Com efeito, o desejo de encontrar explicação para a própria existência e a existência do mundo circundante, que já nas antigas concepções míticas expressava-se por meio de elementos simbólicos, está na origem da filosofia como tentativa de discernir os princípios e fundamentos subjacentes à realidade aparentemente caótica.

Segundo a tradição clássica, o pensador grego Pitágoras foi o primeiro a denominar-se filósofos, aquele que ama ou procura a sabedoria, em oposição ao sophós, ou sábio que se limitaria a entesourar conhecimentos sem se preocupar com sua validade. Lendária ou não, essa distinção resultou correta na caracterização essencial do espírito filosófico, cuja busca visa não ao registro ou à descrição de fatos concretos, mas à conquista de um saber unitário e abrangente sobre o homem e a natureza.

Desde seu nascimento na Grécia no século VI A.C., foram apresentadas inúmeras e frequentemente contraditórias definições de filosofia, entre elas a tradicional concepção de Aristóteles, que entendia a filosofia como ciência dos princípios e causas últimas das coisas; ou a concepção das escolas positivistas e empíricas, que a viam como simples organizadora ou esclarecedora dos dados proporcionados pela experiência e pelas ciências. Em última instância, porém, a persistência histórica de tais polêmicas contribuiu para destacar o caráter primordialmente crítico e antidogmático da atividade filosófica, que faz da reflexão sobre si mesmo seu primeiro e fundamental problema.

Cabe, pois, usando as palavras do pensador alemão Karl Jaspers, definir filosofia antes de tudo como “a atividade viva do pensamento e a reflexão sobre esse pensamento”, isto é, uma investigação racional direcionada não só para a determinação dos princípios gerais da realidade, mas também para a análise crítica do próprio instrumento a razão e das ideias, concepções e valores elaborados pelo homem mediante o exercício da razão.

Traço também essencial para a compreensão da filosofia é sua historicidade radical, que tem feito variar seus fins e meios de acordo com as concepções de mundo próprias de épocas distintas, cada uma das quais reorganiza os princípios e conhecimentos vigentes no período anterior. Assim, no início equiparado à totalidade do saber, a filosofia precisou subdividir-se em diferentes disciplinas metafísica, epistemologia, ética voltadas para o estudo de áreas específicas do pensamento, e viu desligar-se progressivamente de sua competência as ciências particulares, que adquiriram identidade e metodologia próprias.

Essa característica não só explica a multiplicidade de manifestações do espírito filosófico como garante sua unidade interna, nascida do desejo de integrar os dados que os diferentes ramos do saber proporcionam sobre o homem e o ambiente que o cerca. No curso de sua evolução histórica, portanto, a filosofia forneceu ao homem um instrumento essencial no esforço de apreender a realidade com precisão cada vez maior e permitiu-lhe aceder mais completamente à compreensão de si mesmo e de seu lugar no universo.

Filosofia e ciências particulares

Identificada na origem com o saber em geral, a filosofia deu origem a grande número de outras disciplinas que, embora tenham se constituído como saberes independentes, mantiveram com a filosofia uma estreita vinculação. Esse processo trilhou caminhos diversos no que se refere às ciências positivas, por um lado, e às ciências sociais, por outro. Isso foi determinante para a relação que a filosofia contemporânea mantém com os distintos ramos do saber.

No que diz respeito às ciências positivas matemática, física, química, biologia Aristóteles foi o primeiro a definir claramente sua condição de disciplinas autônomas, embora dependentes em última instância da filosofia como ciência dos princípios primeiros. Assim, no próprio sistema filosófico, Aristóteles empregou elementos extraídos das ciências para estabelecer a teoria da alma ou do intelecto agente, fundindo harmoniosamente esses elementos em sua concepção geral da realidade e do universo.

Essa ordenação, que favoreceu o progresso individual das diferentes disciplinas, mas estabeleceu o caráter prioritário da filosofia, manteve-se até praticamente o Renascimento, quando os novos descobrimentos científicos romperam de modo definitivo a imagem aristotélica do cosmo. Durante os séculos XVII e XVIII, no entanto, ciência e filosofia mantiveram um curso paralelo e eminentes pensadores, como Descartes e Leibniz, foram ao mesmo tempo filósofos e cientistas.

Só no século XIX, com a progressiva especialização da ciência, aliada ao pensamento idealista e irracionalista que se firmava e às polêmicas em torno da validade da metafísica, começaram a se multiplicar as barreiras entre ciência e filosofia. Assim, embora a lógica e a epistemologia fossem instrumentos úteis para ambas, as escolas de tradição empirista e positivista passaram a considerar a filosofia como mera disciplina auxiliar ou, no máximo, organizadora dos dados proporcionados pelas ciências.

No pensamento contemporâneo, as relações entre filosofia e ciência são abordadas de acordo com duas grandes linhas. De um lado, as escolas como o vitalismo, o intuicionismo, e evolucionismos de diversos tipos, aspiram a coligar os descobrimentos científicos e, mediante reflexão sobre suas implicações, enquadrá-los em concepções gerais da realidade. De outro, a filosofia da ciência, disciplina de caráter essencialmente epistemológico, preocupa-se com questões como a análise crítica da metodologia, a estrutura lógica dos sistemas científicos, a elucidação e o esclarecimento dos conceitos e pressupostos básicos das ciências e a determinação dos limites e inter-relações das ciências entre si.

Ambas se guiam de todo modo, por um interesse comum: o de estabelecer o ponto de união entre o pensamento científico e outras áreas do pensamento. Sabe-se que as atividades da ciência tendiam a ser consideradas como inabordáveis, tanto do ponto de vista metodológico como moral, a partir de critérios não científicos. No entanto, a repercussão direta que muitas das conquistas da ciência tiveram sobre a vida das pessoas, radicalmente transformada por algumas delas, levou ao debate extra científico de questões como o direito de fazer certas experiências.

O uso dado a algumas descobertas da física nuclear, da química e da biologia, e os progressos da engenharia genética são exemplos de problemas que sensibilizaram a opinião pública. Nasceu assim uma corrente de opinião fortemente arraigada que não considera os cientistas totalmente inocentes das aplicações perniciosas dadas a seus trabalhos. Exige-se deles uma atitude comprometida, inclusive de denúncia naqueles casos em que seu trabalho serve para objetivos bem distintos dos que os motivaram.

Já que a quase totalidade dos sistemas filosóficos tem tradicionalmente aspirado não só à compreensão geral da realidade, mas também ao estabelecimento de princípios éticos que regulassem a organização da sociedade, as teorias da política e do direito acham-se vinculadas de forma indissolúvel ao progresso da filosofia. Os dois grandes mestres do pensamento ocidental, Platão e Aristóteles, estabeleceram em seus respectivos tratados *República* e *Política* o conceito da filosofia política como análise da origem, essência e valor do estado e, se o primeiro criou o modelo de todas as "utopias" ou descrições do estado ideal, o segundo, que definiu o homem como "animal político", estabeleceu, mediante a classificação e ponderação das diferentes formas de governo, os fundamentos da moderna teoria política.

Durante a Idade Média, a doutrina política centralizou-se fundamentalmente no debate sobre as relações entre o poder temporal o estado e o poder espiritual a igreja. A partir do Renascimento, sob novas condições sociais, a filosofia política ligou-se profundamente à filosofia do direito. Isso se deu em consequência da contraposição entre razão de estado e lei natural, que ganhou atualidade, ou por estímulo do surgimento das diversas concepções de estado direito divino dos reis, contrato social etc. que culminaram no século XIX com a teoria jurídica do estado como fonte única do direito.

Todo modelo de organização social, em suma, todo sistema político, repousa sobre a escolha de certos princípios baseados no exercício da razão filosófica. A filosofia da história, formulada fundamentalmente a partir do século XIX graças a autores como Wilhelm Dilthey e Max Weber, constitui instrumento indispensável para a compreensão da evolução das ideias políticas e dos sistemas de valores e concepções de mundo que caracterizaram as diferentes épocas.

A pretensão de todas essas correntes de pensamento era apreender o conjunto da realidade social e oferecer um modelo global segundo o qual essa realidade deveria organizar-se no futuro. No entanto, a crescente complexidade da sociedade das últimas décadas do século XX, a profusão de forças que surgiram no meio social com influências diversas e o fracasso da tentativa de implantar alguns dos modelos sociais com raízes mais firmes, provocaram uma situação nova. Os filósofos, incapazes de captar uma realidade tão rica e cambiante, parecem ter renunciado ao objetivo de estabelecer sistemas globais.

Surgiram assim escolas que buscavam averiguar os valores que se escondiam atrás das muitas correntes ideológicas que se tornavam populares a cada momento dado. Num sentido mais geral, o filósofo atuava como observador social capaz de situar qualquer acontecimento, fosse ele de ordem política, social ou estética, num contexto no qual se tornavam evidentes suas relações com outras características da realidade.

Se a organização como ciências sociais independentes, no final do século XIX, de uma série de disciplinas até então integradas à filosofia, como psicologia, sociologia e antropologia, e o extraordinário progresso de outras, como linguística e filosofia da linguagem, motivaram uma crescente especialização e fragmentação nos estudos sobre o homem, também permitiram, com os novos métodos estabelecidos por essas ciências, a reorganização de um extraordinário caudal de conhecimentos.

A psicanálise, a filosofia da linguagem comum, a antropologia cultural, a gramática gerativo-transformacional que reavivou o problema filosófico tradicional da existência das ideias inatas são, entre muitas outras, áreas de pesquisa que proporcionaram novos enfoques sobre a natureza humana e deram lugar a uma profunda reformulação da concepção clássica do homem. Fruto disso tem sido o surgimento de uma série de disciplinas antropologia filosófica, semiótica ou teoria geral dos signos, pedagogia moderna e de escolas estruturalismo, escola de Frankfurt que, de uma forma ou outra, estabelecem como objeto prioritário a integração dos dados proporcionados pelas diferentes ciências sociais numa visão unitária do homem e suas relações com o meio. Nesse aspecto, portanto, justifica-se mais uma vez a afirmação tradicional de que é precisamente a diversidade de seus interesses que garante a unidade do espírito filosófico.

Definição de ciência

A palavra ciência vem do latim *scintia*, que significa "sabedoria", "conhecimento". Podemos dizer que a ciência se caracteriza pela sua metodologia, técnica, objeto e pesquisa, e pela busca de conhecimento sistemático e seguro dos fenômenos do mundo.

SOCIOLOGIA

1. O CANDIDATO NA SOCIEDADE E A SOCIOLOGIA.....	01
1.1. Como pensar diferentes realidades.....	01
1.2. O homem como ser social.....	01
2. O QUE PERMITE AO CANDIDATO VIVER EM SOCIEDADE?.....	01
2.1. A inserção em grupos sociais: família, escola, vizinhança, trabalho.....	01
2.2. Relações e interações sociais.....	01
2.3. Socialização.....	01
3. O QUE NOS UNE COMO HUMANOS? O QUE NOS DIFERENCIA?.....	03
3.1. O que nos diferencia como humanos.....	03
3.2. Conteúdos simbólicos da vida humana: cultura.....	03
3.3. Características da cultura.....	03
3.4. A humanidade na diferença.....	03
4. O QUE NOS DESIGUALA COMO HUMANOS?.....	04
4.1. Etnias.....	04
4.2. Classes sociais.....	04
4.3. Gênero.....	04
4.4. Geração.....	04
5. DE ONDE VEM A DIVERSIDADE SOCIAL BRASILEIRA?.....	06
5.1. A população brasileira: diversidade nacional e regional.....	06
5.2. O estrangeiro do ponto de vista sociológico.....	06
5.3. A formação da diversidade:.....	06
5.3.1. Migração, emigração e imigração.....	06
5.3.2. Aculturação e assimilação.....	06
6. QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA VIDA SOCIAL BRASILEIRA?.....	07
6.1. O trabalho como mediação.....	07
6.2. Divisão social do trabalho:.....	07
6.2.1. Divisão sexual e etária do trabalho.....	07
6.2.2. Divisão manufatureira do trabalho.....	07
6.3. Processo de trabalho e relações de trabalho.....	07
6.4. Transformações no mundo do trabalho.....	07
6.5. Emprego e desemprego na atualidade.....	07
7. O CANDIDATO EM MEIO AOS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	09
7.1. Violências simbólicas, físicas e psicológicas.....	09
7.2. Diferentes formas de violência: doméstica, sexual e na escola.....	09
7.3. Razões para a violência.....	09
8. O QUE É CIDADANIA?.....	11
8.1. O significado de ser cidadão ontem e hoje.....	11
8.2. Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos.....	11
8.3. A Constituição Brasileira e a Constituição Paulista.....	11
8.4. A expansão da cidadania para grupos especiais:.....	11
8.4.1. Crianças e adolescentes, idosos e mulheres.....	11
9. QUAL É A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO?.....	13
9.1. Estado e governo.....	13
9.2. Sistemas de governo.....	13
9.3. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.....	13
10. O QUE É NÃO CIDADANIA?.....	18
10.1. Desumanização e coisificação do outro.....	18
10.2. Reprodução da violência e da desigualdade social.....	18

1. O CANDIDATO NA SOCIEDADE E A SOCIOLOGIA.

1.1. COMO PENSAR DIFERENTES REALIDADES.

1.2. O HOMEM COMO SER SOCIAL.

Como pensar diferentes realidades

Sociologia é o estudo do comportamento social das interações e organizações humanas. Todos nós somos sociólogos porque estamos sempre analisando nossos comportamentos e nossas experiências interpessoais em situações organizadas.

O objetivo da sociologia é tornar essas compreensões cotidianas da sociedade mais sistemáticas e precisas, à medida que suas percepções vão além de nossas experiências pessoais.

Assim como toda ciência, a Sociologia pretende explicar a totalidade do seu universo de pesquisa. Ainda que esta tarefa não seja objetivamente alcançável, é tarefa da Sociologia transformar as malhas da rede com a qual a ela capta a realidade social cada vez mais estreitas.

A sociologia também busca mostrar ao indivíduo as diferentes realidades que o cerca. Porém, a Sociologia não é uma ciência e sim apenas uma orientação teórico-metodológica dominante. Ela traz diferentes estudos e diferentes caminhos para a explicação da realidade social. Assim, pode-se claramente observar que a Sociologia tem ao menos três linhas mestras explicativas, fundadas pelos seus autores clássicos, das quais podem se citar, não necessariamente em ordem de importância:

- A positivista-funcionalista, tendo como fundador Auguste Comte e seu principal expoente clássico em Émile Durkheim, de fundamentação analítica;
- A sociologia compreensiva iniciada por Max Weber, de matriz teórico metodológica hermenêutico compreensiva;
- A linha de explicação sociológica dialética, iniciada por Karl Marx, que mesmo não sendo um sociólogo e sequer se pretendendo a tal, deu início a uma profícua linha de explicação sociológica.

Para o filósofo francês Émile Durkheim, na vida em sociedade o homem defronta com regras de conduta que não foram diretamente criadas por ele, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos.

Seguindo essas ideias, Durkheim afirma que os fatos sociais,

ou seja, o objeto de estudo da Sociologia, são justamente essas regras e normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade.

Esses fatos sociais têm duas características básicas que permitirão sua identificação na realidade: são exteriores e coercitivos.

Exteriores, porque consistem em ideias, normas ou regras de conduta, foram criadas pela sociedade e já existem fora dos indivíduos quando eles nascem.

Coercitivos, porque essas ideias, normas e regras devem ser seguidas pelos membros da sociedade. Se alguém desobedece a elas, é punido pelo resto do grupo.

Outro conceito importante para Émile Durkheim é o de instituição. Para ele, uma instituição é um conjunto de normas e regras de vida que se consolidam fora dos indivíduos e que as gerações transmitem umas as outras. Ex.: a Igreja, o Exército, a família, etc.

As instituições socializam os indivíduos, fazem com que eles assimilem as regras e normas necessárias à vida em comum.

O homem como ser social

O Homem enquanto ser social partilha uma herança genética que o define como ser humano.

A nossa estrutura cerebral permite-nos desenvolver a linguagem e interpretar os estímulos provenientes do meio.

É na capacidade de o ser humano se adaptar ao meio e de transmitir às gerações seguintes as suas conquistas, é na sua capacidade de aprender que reside a linha que distingue o ser humano do animal.

O homem só se realiza como Pessoa na relação com os outros, relação essa que tem vários níveis e assume múltiplas formas: Universalidade; Sociabilidade e intimidade.

Ao nível da intimidade a pessoa encara-se como um ser dotado de uma consciência de si, baseada na racionalidade e nas emoções que, embora seja individual e interior, só se constrói com base em relações significativas com outros seres humanos...

Ao nível da sociabilidade a pessoa encontra-se como membro de uma sociedade organizada, necessitando de passar por um longo processo de sociabilização até que possa assumir-se como um membro ativo da sociedade a que pertence. Não se pode dizer que a sociedade é uma mera soma de indivíduos, uma vez que cada indivíduo é, em si mesmo, um produto da cultura da sociedade a que pertence...

A filosofia, a arte, a religião, a literatura, a ciência... São vias para alcançar a Universalidade, uma integração do indivíduo no COSMOS, no TODO, realizando-se como Pessoa, no encontro do que o transcende e pode dar um sentido à sua existência.

"Dentro de ti estão todos os que te viram como gente ou não, cada palavra que te dirigiram é uma luz ou uma ferida, às vezes, um clarão que cega ou mostra que sim, outras vezes um muro de sombra e um rio que secou sem razão porque a palavra não pode semear-se no campo largo do contentamento fazendo crescer uma floresta morta de desencanto no que podia ser um jardim ou um campo verde sem princípio nem fim" Herman Melville.

2. O QUE PERMITE AO CANDIDATO VIVER EM SOCIEDADE?

2.1. A INSERÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS: FAMÍLIA, ESCOLA, VIZINHANÇA, TRABALHO.

2.2. RELAÇÕES E INTERAÇÕES SOCIAIS.

2.3. SOCIALIZAÇÃO.

A socialização é um tipo específico de interação que molda a natureza da personalidade humana e, por sua vez, o comportamento humano, a interação e a participação na sociedade. Sem socialização, nem os homens sem a sociedade seriam possíveis.

São facilmente perceptíveis as diferenças de costumes que existem de uma sociedade para outra. Os primeiros pensadores sociais apontaram, com certa razão, que estes costumes são diferentes em parte por causa da própria diferença entre os meios físicos em que se encontram as sociedades: em um ambiente de clima frio, as pessoas usarão mais roupas e provavelmente ficarão menos tempo fora de suas casas; em um local com alimentos abundantes elas poderão trabalhar menos e não terão de competir por comida. Mas como explicar, através desta ideia de determinismo físico, que em certos lugares a manipulação da comida seja feita com dois pauzinhos, em outros com diversos talheres e ainda em outros com as próprias mãos? Estas diferenças são resultados não da adaptação da sociedade ao meio, mas da adequação dos indivíduos à vida em sociedade. É a este processo de integração de cada pessoa aos costumes preexistentes que damos o nome de socialização. De maneira mais completa, define-se socialização como a internalização de ideias e valores estabelecidos coletivamente e a assimilação de papéis e de comportamentos socialmente desejáveis. Significa, portanto, a incorporação de cada homem a uma identidade maior que a individual: no caso, a incorporação do homem à sociedade. É importante associar de maneira correta a socialização à cultura: esta se encontra profundamente ligada à estrutura social, enquanto que a socialização pode ser resumida à transmissão de padrões culturais.

O processo de socialização por excelência é a educação. Mas não somente aquela que adquirimos na escola, a denominada educação formal que consiste, entre outros conhecimentos, no aprendizado da língua e da história do próprio povo. Há outra educação, que aprendemos apenas no próprio convívio com as outras pessoas e que corresponde ao modo como devemos agir em momentos-chave da nossa vida. É a socialização através da família, dos amigos e até mesmo de desconhecidos. As famílias ensinam, a título de exemplo, quais das suas necessidades devem ser atendidas pelo pai e quais devem ser atendidas pela mãe. Com os amigos aprendemos os princípios da solidariedade e a importância da prática de esportes. Com desconhecidos podemos aprender a aguardar a nossa vez em fila, sem atropelos, e a não falar alto em locais como o teatro ou a sala de aula. Outro exemplo claro é o caso de um homem que muda de país e que tem de aprender o idioma e as normas da nova sociedade em que se encontra, isto é, os padrões segundo os quais seus membros se relacionam. Vista dessa maneira, a socialização pode ser interpretada como condicionadora das atitudes e, portanto, como uma expressão da coerção social. Mas a socialização, justamente por se realizar de maneira difusa e fragmentada por diferentes processos, deixa alguns espaços de ação livres para a iniciativa individual espontânea, como a escolha dos amigos, do local onde se deseja morar ou da atividade que se quer exercer.

Se existem diferentes processos de socialização, tanto entre sociedades quanto dentro de uma mesma, é possível atribuir a eles limites e graduações. A socialização na esfera econômica induz ao trabalho, mas não a que tipo de trabalho. Aprende-se a respeitar os mais velhos, mas nada impede a repreensão de um setuagenário que solte baforadas de charuto em alguém. Há a possibilidade de identificarmos indivíduos mais ou menos socializados, isto é, mais ou menos integrados aos padrões sociais. Uma pessoa pode ser um ótimo arquiteto, ao mesmo tempo em que é alcoólatra. Uma pessoa pouco socializada não absorveu completamente os princípios que regem a sociedade, causando frequentemente transtornos aos que estão à sua volta.

O ser humano é o único animal capaz de sentir e expressar as suas próprias emoções. É o único também capaz de perceber o que realmente acontece à sua volta. E é justamente essa capacidade de construir uma análise crítica própria e do mundo, que o distingue dos outros animais.

O que nos diferencia uns dos outros é a intensidade de um motivo e a prioridade que tal motivo tem na vida de uma pessoa. Por isso que cada pessoa apresenta uma estrutura motivacional diferente.

Cada um de nós possui uma essência, e isso é a principal diferença entre cada um de nós.

É exatamente o oposto ao princípio da tábula rasa, enunciado por John Locke, que diz que cada um de nós ao nascer é como se fosse uma folha de papel em branco, e que as diferenças entre os seres humanos se dão somente a partir das experiências que cada um vivencia.

As experiências também geram diferenças entre nós, é claro.

As influências familiares, culturais, os grupos sociais aos quais estamos inseridos.

O conceito de cultura, tal como o de sociedade, é uma das noções mais amplamente usadas em Sociologia.

A cultura consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam. Os valores são ideias abstratas, enquanto as normas são princípios definidos ou regras que se espera que o povo cumpra. As normas representam o «permitido» e o «interdito» da vida social. Assim, a monogamia – ser fiel a um único parceiro matrimonial – é um valor proeminente na maioria das sociedades ocidentais. Em muitas outras culturas, uma pessoa é autorizada a ter várias esposas ou esposos simultaneamente. As normas de comportamento no casamento incluem, por exemplo, como se espera que os esposos se comportem com os seus parentes por afinidade. Em algumas sociedades, o marido ou a mulher devem estabelecer uma relação próxima com os seus parentes por afinidade; noutras, espera-se que se mantenham nítidas distâncias entre eles.

Quando usamos o termo, na conversa quotidiana comum, pensamos muitas vezes na «cultura» como equivalente às «coisas mais elevadas do espírito» – arte, literatura, música e pintura. Os sociólogos incluem no conceito estas atividades, mas também muito mais. A cultura refere-se aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos dessa sociedade. Inclui a forma como se vestem os costumes de casamento e de vida familiar, as formas de trabalho, as cerimônias religiosas e as ocupações dos tempos livres. Abrange também os bens que criam e que se tornam portadores de sentido para eles – arcos e flechas, arados, fábricas e máquinas, computadores, livros, habitações.

A cultura pode ser distinguida conceptualmente da «sociedade», mas há conexões muito estreitas entre estas noções. Uma sociedade é um sistema de inter-relações que ligam os indivíduos em conjunto. Nenhuma cultura pode existir sem uma sociedade. Mas, igualmente, nenhuma sociedade existe sem cultura. Sem cultura, não seríamos de modo algum «humanos», no sentido em que normalmente usamos este termo.

GEOGRAFIA

1. A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA	01
1.1. Os mecanismos da natureza.....	01
1.2. Os recursos naturais e a sobrevivência do homem.....	01
1.2.1. As desigualdades na distribuição e na apropriação dos recursos naturais no mundo.	01
1.2.2. O uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.	01
2. ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO ESPAÇO MUNDIAL.	15
2.1. Capitalismo, industrialização e transnacionalização do capital.	15
2.1.1. Economias industriais e não industriais: articulação e desigualdades.	15
2.1.2. As transformações na relação cidade-campo.	15
2.2. Industrialização e desenvolvimento tecnológico: dominação/subordinação político-econômica.....	15
2.3. O papel do Estado e as organizações político-econômicas na produção do espaço.	15
2.4. Fundamentos econômicos, sociais e políticos da mobilidade espacial e do crescimento demográfico.	15
2.5. A divisão internacional e territorial do trabalho.....	15
2.6. O fim da Guerra Fria. A desagregação da URSS. A nova ordem econômica mundial.....	15
3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO.....	29
3.1. A formação territorial do Brasil e sua relação com a natureza.	29
3.2. O processo de industrialização brasileira e a internacionalização do capital.	29
3.2.1. Urbanização, metropolização e qualidade de vida.	29
3.2.2. Estrutura e produção agrária e impactos ambientais.	29
3.2.3. População: crescimento, estrutura e migrações, condições de vida e de trabalho.....	29
3.3. O papel do Estado e as políticas territoriais.....	29
3.4. A regionalização do Brasil: desenvolvimento desigual e combinado.	29

1. A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA.**1.1. Os mecanismos da natureza.****1.2. Os recursos naturais e a sobrevivência do homem.****1.2.1. As desigualdades na distribuição e na apropriação dos recursos naturais no mundo.****1.2.2. O uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.**

Ultimamente as ciências ecológicas têm seguido duas orientações. A primeira, que tem sido a mais apreciada pelos naturalistas, guia para os segredos da Natureza selvagem, ao comportamento complexo com suas ações e reações, das evoluções dos organismos vivos quais sejam: vegetais ou animais, úteis ou nocivos, indiferentes, com ou sem interesse econômico. A segunda considera somente o homem, levando-o a contemplar aquilo que ele próprio é, o que faz de útil ou nocivo a si mesmo, advertindo-o contra os perigos da despreocupação que o leva a utilizar-se das reservas dos recursos naturais de que necessita, a desfazer-se irresponsavelmente do lixo que fabrica.

Qualquer espécie viva que quiser sobreviver deverá submeter-se às exigências do meio que a acolhe, pois está inserida entre esse meio e os seres que o ocupam. Quer queira, quer não queira, o homem a elas se submete.

Ecologia foi o nome dado ao conjunto organizado de conhecimentos relativos aos laços que unem os organismos vivos ao seu meio vital. A retina do homem é sensível somente às radiações de certos comprimentos de onda, que lhe permitem diferenciar o dia da noite, mas as radiações solares também são compostas de raios ultravioleta e infravermelhos. O mundo visual dos animais se difere muito do homem. Cada animal tem sua maneira própria para reconhecer o meio em que vive e são os seus sentidos que delimitam o seu universo.

Quanto aos cheiros, a acuidade de muitos animais é muito mais aguda, trazendo ao homem a consciência de que está diante de um organismo diferente do seu, o qual vive em um meio que é percebido de maneira diferente. Um ser vivo está relacionado com outros, e cada um deles tem seu próprio meio. Aí consiste a dificuldade do ecologista, pois deve compreender a vida de seres biológicos que têm, cada um, suas próprias exigências e sua própria percepção de um meio que compartilham uns com os outros.

Aquele que observa a natureza deve, portanto, ser capaz de entender as diferenças existentes entre o meio em que um determinado ser vive e o meio que este percebe graças aos seus órgãos de sentido. Um ser vivo tem como primeira imposição a de viver. Depois ele tem que sobreviver, tendo que encontrar, portanto, uma maneira de se adaptar às más condições, que cada ser vivente encontra, ao menos em potencial.

Os caminhos da vida são espetacularmente diversificados. O tempo não é uma dimensão contínua para todos os organismos e às vezes reagem de forma diferente em dois momentos de sua vida, tais como, larvas e depois aéreos, galactófagos e depois herbívoros, carnívoros ou onívoros.

Um problema ecológico tem que ser abordado pelo exterior e pelo interior. O exterior é biótipo que se impõe, isto é, os organismos presentes percebem ou não, o conjunto das condições reais do meio. O interior é o meio que cerca o indivíduo ou uma população de indivíduos da mesma espécie, que avalia o impacto das condições do meio, percebidas diretamente ou indiretamente, sobre o comportamento e a evolução dos organismos.

Cada fase do desenvolvimento ecológico da espécie chama-se ecofase. Cada uma vive um biótipo determinado, e passa a sua vida agindo sobre este biótipo e também sobre algumas de outras ecofases presentes, ao mesmo tempo, reagindo à vida das outras. A isto dá-se o nome de biocenose, onde as relações entre indivíduos são de várias ordens. Pode haver relações de nutrições, como por exemplo, comedores-comidos, entre ecofases de espécies diferentes ou da mesma espécie, o que confere uma estrutura considerada conjunto. Pode haver também relações privilegiadas entre indivíduos da mesma espécie, como agregações e congregação, ou de espécies diferentes, em determinadas ecofases como simbiose, comensalismo, parasitismo.

Na escala de um ecossistema fala-se em juventude, meia-idade e senilidade, até chegar-se à estabilidade, que é, no entanto, muito relativa, pois todo ecossistema evolui devido às grandes flutuações climáticas a que a própria biosfera está sujeita. Um ecologista, para realmente aprender sobre o mundo vivo, precisaria colocar-se no lugar dos organismos que observa, tamanha é sua dependência em relação ao meio, dadas às condições físicas, químicas e biológicas.

Para diferenciar o geral do particular, o ecologista usa determinados termos, partindo de uma escala grande para uma pequena:

- bioma, biótipo, e cótipo, estação;
- meio, paisagem, habitat, território;
- povoamento, população, companhia, coorte.

Cada animal tem seu próprio ambiente dentro do biótipo que o acolhe e o homem não foge à regra. O biótipo não é imutável, pois evolui com o tempo. A ecologia é uma ciência das relações que se traduzem por uma transmissão de energia, fonte de todos os metabolismos. É utilizada para múltiplos fins e quando consumida, irrecuperável.

A Ecologia é, antes de tudo, uma biodinâmica dos conjuntos vivos. Seres cujo tempo de vida é muito breve, mas com capacidade de multiplicação muito grande, convivem com seres que não se reproduzem tão depressa. O homem tem procurado dedicar-se à coisas que o preocupam ultimamente como: o crescimento da população, o aumento da poluição do ar e água de regiões urbanizadas, o impacto da agricultura industrializada sobre a flora e a fauna, o desgaste das fontes de matérias-primas e de energia. Estamos vivendo uma época de grande aceleração dos fenômenos humanos enquanto a natureza e seus recursos estão à procura de um estado de equilíbrio.

Poluição

O termo poluição, muito empregado nos dias atuais, designa conjunto dos resíduos de compostos tóxicos liberados pelo homem na atmosfera, mas também as substâncias que, sem serem, de imediato, verdadeiramente perigosas para os organismos vivos, exercem uma ação perturbadora sobre o meio ambiente.

O termo poluir, etimologicamente, significa “profanar, sujar, manchar, degradar”. São vocábulos muito claros e parecem tão adequados quanto as longas definições elaboradas pelos peritos.

A história da poluição está diretamente refletida nos progressos da tecnologia. Foi no Neolítico que as primeiras causas da contaminação do meio ambiente apareceram. Devido à descoberta da agricultura, apareceram as cidades e, pela primeira vez, a densidade da população humana ultrapassou e muito, a densidade que caracteriza as populações de qualquer outra espécie de mamíferos, ainda que das mais gregárias. Mesmo assim as fontes de poluição continuaram muito limitadas na natureza. Elas advinham da contaminação microbiológica das águas através dos efluentes domésticos e muito pouco, por metalurgia primitiva de elementos tóxicos não ferrosos, como o cobre. Foi com o nascimento das grandes indústrias, durante o século XIX, que a contaminação da água, do ar e dos solos tornou-se localmente preocupante, principalmente nas instalações das instalações mineiras e nas grandes cidades industriais superpovoadas.

As mais graves questões de poluição dos nossos dias provêm de novas tecnologias que se desenvolveram e ao longo das três últimas décadas e estão ligados ao lançamento, no meio ambiente, de substâncias ao mesmo tempo tóxicas e não biodegradáveis, se não indestrutíveis, ou de compostos inertes ou pouco reativos, liberados nos diversos meios, em quantidades sempre crescentes, como é o caso das embalagens plásticas.

Nos dias atuais, população e poluição crescem de modo acelerado, no entanto o poder auto purificador da ecosfera está cada vez mais comprometido pela dispersão de resíduos tóxicos e varia no sentido contrário, com a tendência à completa neutralização.

O desperdício dos países ocidentais e o apelo frequente de renovação dos bens de consumo, têm concorrido para aumentar, em enormes proporções, a importância das poluições. Assim, o volume dos resíduos jogados no lixo é artificialmente aumentado pela obsolescência dos bens de consumo que levanta dentro de nossa sociedade. Está havendo uma delapidação de energia e de matérias-primas que levarão toda a humanidade a um déficit insuperável para as atividades industriais e agrícolas. É certo que também a urbanização acelerada, com a concentração das indústrias, está entre os fatores mais preocupantes.

O aumento de poluição na ecosfera é ao mesmo tempo quantitativo e qualitativo. Devemos atentar, também, para a comercialização de novas substâncias poluentes permitidas pela Química Moderna, muito nocivas para os seres vivos e cuja fabricação em grande escala, é geralmente empreendida antes que se façam quaisquer estudos de suas propriedades toxicológicas e ecológicas. As três causas principais de contaminação da ecosfera, na civilização industrial são: a produção da energia, as atividades da indústria química e as atividades agrícolas.

Dentro da busca para produzir energia podemos citar, como fatores importantes, o uso da hulha que começou a contribuir para as poluições atmosféricas, a extração do carvão e do petróleo, feitas em ritmo cada vez mais acelerado e o gás natural. A extração e o uso do petróleo acompanham inúmeras poluições e muitos outros contra-sensos ecológicos.

A crescente expansão da indústria química implica em inúmeros compostos minerais ou orgânicos, muitas vezes altamente tóxicos, que circulam na biosfera. Pouco a pouco, a atmosfera está sendo envenenada por compostos persistentes de toxicidade perniciosa. Vestígios destes compostos têm sido encontrados nos organismos de mamíferos do Grande Norte canadense, de peixes pelágicos e até de animais antárticos. Temos, portanto, a prova de que o oceano mundial constitui-se em receptáculo final de acumulação de todos os resíduos produzidos pela tecnologia moderna.

A elevação de produtividade obtida nas terras de plantio é acompanhada de muitos efeitos indesejáveis ou nocivos. Contribuiu para este aumento de rendimento, o emprego de adubo mineral e o uso de pesticidas, este último afetando diretamente o homem. A contaminação da alimentação humana constitui, atualmente, um dos mais preocupantes problemas do meio. Outros componentes que afetam o homem são os antibióticos, sulfamidas e hormônios usados em zootecnia, como também o uso de aditivos alimentícios, tais como corantes, aromatizantes, estabilizantes, que poluem nossa comida.

Em última análise, o problema das poluições é multiforme e afeta diretamente o Homem através da contaminação dos meio inalados ou ingeridos.

Os poluentes podem ser agrupados de acordo com sua natureza física, química, biológica, etc, ou de modo ecológico, de acordo com seus efeitos, seja segundo o meio no qual são lançados e sobre o qual exercem ação nociva. Os poluentes penetram no organismo, sob o ponto de vista toxicológico, através de inalação, ingestão, contato, etc.

As substâncias liberadas na ecosfera, em quase totalidade dos casos, são levadas para muito longe do ponto onde foram lançadas. A circulação atmosférica e hidrológica se encarregará de dispersá-las de modo progressivo no conjunto da ecosfera. Todo composto orgânico ou mineral, mesmo que sólido, pode teoricamente passar para o ar. Este fenômeno acontece devido à circulação das massas de ar na troposfera e na estratosfera. As correntes horizontais combinam-se com movimentos verticais das massas de ar que ocasionam uma circulação atmosférica de norte para sul. Ventos oeste-leste originam um tipo de circulação que permite a troca das massas de ar entre os dois hemisférios ao nível da troca da troposfera das regiões equatoriais.

Salvo raras exceções, os poluentes atmosféricos não permanecem no ar infinitamente, pois as precipitações trazem-nos de volta à superfície do solo ou à hidrosfera. Em consequência de fenômenos geoquímicos, a massa dos poluentes lançados pelo homem, cedo ou tarde será levada ao oceano mundial, o último receptáculo dos agentes tóxicos.

O estudo do pH das águas de chuva, demonstra que este baixou seriamente em consequência o uso cada vez maior de óleos combustíveis pesados, ricos em enxofre. Podemos concluir que a combinação de diversos fatores geoquímicos assegura a dispersão e a distribuição dos poluentes pelo conjunto da biosfera.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. NORMA ORTOGRÁFICA.....	01
2. MORFOSSINTAXE.....	08
2.1. Classes de palavras.....	08
2.2. Processos de derivação.....	08
2.3. Processos de flexão verbal e nominal.....	08
2.4. Concordância nominal e verbal.....	08
2.5. Regência nominal e verbal.....	08
2.6. Coordenação e subordinação.....	08
3. COLOCAÇÃO DAS PALAVRAS.....	08
4. CRASE.....	71
5. PONTUAÇÃO.....	76
6. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	79
7. ORGANIZAÇÃO TEXTUAL.....	84
7.1. Mecanismos de Coesão e Coerência.....	84
8. FIGURAS DE LINGUAGEM.....	87
9. SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	91
10. LITERATURA BRASILEIRA: desde as origens até a atualidade.....	96
11. LITERATURA PORTUGUESA: desde as origens até o Primeiro Modernismo (século XX).....	108

1. NORMA ORTOGRÁFICA.

ORTOGRAFIA

A **ortografia** é a parte da língua responsável pela grafia correta das palavras. Essa grafia baseia-se no padrão culto da língua.

As palavras podem apresentar igualdade total ou parcial no que se refere a sua grafia e pronúncia, mesmo tendo significados diferentes. Essas palavras são chamadas de *homônimas* (canto, do grego, significa ângulo / canto, do latim, significa música vocal). As palavras homônimas dividem-se em *homógrafas*, quando têm a mesma grafia (*gosto*, substantivo e *gosto*, 1ª pessoa do singular do verbo gostar) e *homófonas*, quando têm o mesmo som (*paço*, *palácio* ou *passo*, movimento durante o andar).

Quanto à grafia correta em língua portuguesa, devem-se observar as seguintes regras:

O fonema s:

Escreve-se com S e não com C/Ç as palavras substantivadas derivadas de verbos com radicais em nd, rg, rt, pel, corr e sent: *pretender* - *pretensão* / *expandir* - *expansão* / *ascender* - *ascensão* / *inverter* - *inversão* / *aspergir* *aspersão* / *submergir* - *submersão* / *divertir* - *diversão* / *impelir* - *impulsivo* / *compelir* - *compulsório* / *repelir* - *repulsa* / *recorrer* - *recurso* / *discorrer* - *discurso* / *sentir* - *sensível* / *consentir* - *consensual*

Escreve-se com SS e não com C e Ç os nomes derivados dos verbos cujos radicais terminem em gred, ced, prim ou com verbos terminados por tir ou meter: *agredir* - *agressivo* / *imprimir* - *impressão* / *admitir* - *admissão* / *ceder* - *cessão* / *exceder* - *excesso* / *percutir* - *percussão* / *regredir* - *regressão* / *oprimir* - *opressão* / *comprometer* - *compromisso* / *submeter* - *submissão*

*quando o prefixo termina com vogal que se junta com a palavra iniciada por "s". Exemplos: *a* + *simétrico* - *assimétrico* / *re* + *surgir* - *ressurgir*

*no pretérito imperfeito simples do subjuntivo. Exemplos: *ficasse*, *falasse*

Escreve-se com C ou Ç e não com S e SS os vocábulos de origem árabe: *cetim*, *açucena*, *açúcar*

*os vocábulos de origem tupi, africana ou exótica: *cipó*, *Juçara*, *caçula*, *cacheira*, *cacique*

*os sufixos *aça*, *aço*, *ação*, *çar*, *ecer*, *iça*, *nça*, *uça*, *uçu*, *uço*: *barcaça*, *ricaço*, *aguçar*, *empalidecer*, *carniça*, *caniço*, *esperança*, *carapuça*, *dentuço*

*nomes derivados do verbo *ter*: *abster* - *abstenção* / *deter* - *detenção* / *ater* - *atenção* / *reter* - *retenção*

*após ditongos: *foice*, *coice*, *traição*

*palavras derivadas de outras terminadas em *te*, *to(r)*: *marte* - *marciano* / *infrator* - *infração* / *absorto* - *absorção*

O fonema z:

Escreve-se com S e não com Z:

*os sufixos: *ês*, *esa*, *esia*, *isa*, quando o radical é substantivo, ou em gentílicos e títulos nobiliárquicos: *freguês*, *freguesa*, *freguesia*, *poetisa*, *baronesa*, *princesa*, etc.

*os sufixos gregos: *ase*, *ese*, *ise* e *ose*: *catequese*, *metamorfose*.

*as formas verbais *pôr* e *querer*: *pôs*, *pus*, *quisera*, *quis*, *quiseste*.

*nomes derivados de verbos com radicais terminados em "d": *aludir* - *alusão* / *decidir* - *decisão* / *empreender* - *empresa* / *difundir* - *difusão*

*os diminutivos cujos radicais terminam com "s": *Luís* - *Luisinho* / *Rosa* - *Rosinha* / *lápiz* - *lapisinho*

*após ditongos: *coisa*, *pausa*, *pouso*

*em verbos derivados de nomes cujo radical termina com "s": *análise* + *ar* - *analisar* / *pesquisa* + *ar* - *pesquisar*

Escreve-se com Z e não com S:

*os sufixos "ez" e "eza" das palavras derivadas de adjetivo: *macio* - *maciez* / *rico* - *riqueza*

*os sufixos "izar" (desde que o radical da palavra de origem não termine com s): *final* - *finalizar* / *concreto* - *concretizar*

*como consoante de ligação se o radical não terminar com s: *pé* + *inho* - *pezinho* / *café* + *al* - *cafezal* ≠ *lápiz* + *inho* - *lapisinho*

O fonema j:

Escreve-se com G e não com J:

*as palavras de origem grega ou árabe: *tigela*, *girafa*, *gesso*.

*estrangeirismo, cuja letra G é originária: *sargento*, *gim*.

*as terminações: *agem*, *igem*, *ugem*, *ege*, *oge* (com poucas exceções): *imagem*, *vertigem*, *penugem*, *bege*, *foge*.

Observação: Exceção: *pajem*

*as terminações: *ágio*, *égio*, *ígio*, *ógio*, *ugio*: *sortilégio*, *litígio*, *relógio*, *refúgio*.

*os verbos terminados em *ger* e *gir*: *eleger*, *mugir*.

*depois da letra "r" com poucas exceções: *emergir*, *surgir*.

*depois da letra "a", desde que não seja radical terminado com j: *ágil*, *agente*.

Escreve-se com J e não com G:

*as palavras de origem latinas: *jeito*, *majestade*, *hoje*.

*as palavras de origem árabe, africana ou exótica: *ji-boia*, *manjerona*.

*as palavras terminada com *aje*: *aje*, *ultraje*.

O fonema ch:

Escreve-se com X e não com CH:

*as palavras de origem tupi, africana ou exótica: *abacaxi*, *muxoxo*, *xucro*.

*as palavras de origem inglesa (sh) e espanhola (J): *xampu, lagartixa*.

*depois de ditongo: *frouxo, feixe*.

*depois de "en": *enxurrada, enxoval*.

Observação: Exceção: quando a palavra de origem não derive de outra iniciada com *ch* - *Cheio* - (*enchente*)

Escreve-se com CH e não com X:

*as palavras de origem estrangeira: *chave, chumbo, chassi, mochila, espadachim, chope, sanduíche, salsicha*.

As letras e e i:

*os ditongos nasais são escritos com "e": *mãe, põem*. Com "i", só o ditongo interno *cãibra*.

*os verbos que apresentam infinitivo em -oar, -uar são escritos com "e": *caçoe, tumultue*. Escrevemos com "i", os verbos com infinitivo em -air, -oer e -uir: *traí, dói, possui*.

- atenção para as palavras que mudam de sentido quando substituímos a grafia "e" pela grafia "i": *área* (superfície), *ária* (melodia) / *delatar* (denunciar), *dilatar* (expandir) / *emergir* (vir à tona), *imergir* (mergulhar) / *peão* (de estância, que anda a pé), *pião* (brinquedo).

Fonte:

<http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/ortografia>

Questões sobre Ortografia

01. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2013) Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma-padrão.

Além disso, ___ certamente ___ entre nós ___ do fenômeno da corrupção e das fraudes.

- (A) a ... consenso ... acerca
- (B) há ... consenso ... acerca
- (C) a ... consenso ... a cerca
- (D) a ... consenso ... há cerca
- (E) há ... consenço ... a cerca

02. (Escrevente TJ SP – Vunesp/2013). Assinale a alternativa cujas palavras se apresentam flexionadas de acordo com a norma- _____ -padrão.

- (A) Os tabeliões devem preparar o documento.
- (B) Esses cidadãos tinham autorização para portar fuzis.
- (C) Para autenticar as certidões, procure o cartório local.
- (D) Ao descer e subir escadas, segure-se nos corrimãos.
- (E) Cuidado com os degrais, que são perigosos!

03. (Agente de Vigilância e Recepção – VUNESP – 2013). Suponha-se que o cartaz a seguir seja utilizado para informar os usuários sobre o festival Sounderground.

Prezado Usuário

_____ de oferecer lazer e cultura aos passageiros do metrô, _____ desta segunda-feira (25/02), _____ 17h30, começa o Sounderground, festival internacional que prestigia os músicos que tocam em estações do metrô.

Confira o dia e a estação em que os artistas se apresentarão e divirta-se!

Para que o texto atenda à norma-padrão, devem-se preencher as lacunas, correta e respectivamente, com as expressões

- A) A fim ...a partir ... as
- B) A fim ...à partir ... às
- C) A fim ...a partir ... às
- D) Afim ...a partir ... às
- E) Afim ...à partir ... as

04. Assinale a alternativa que não apresenta erro de ortografia:

- A) Ela interrompeu a reunião derrepente.
- B) O governador poderá ter seu mandato caçado.
- C) Os espectadores aplaudiram o ministro.
- D) Saiu com descrição da sala.

05.Em qual das alternativas a frase está corretamente escrita?

- A) O mindingo não depositou na cardeneta de poupança.
- B) O mendigo não depositou na caderneta de poupança.
- C) O mindigo não depozitou na cardeneta de poupança.
- D) O mendingo não depozitou na caderneta de poupança.

06. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ADVOGADO - VUNESP/2013) Analise a propaganda do programa Cinco Minutos.



Em norma-padrão da língua portuguesa, a frase da propaganda, adaptada, assume a seguinte redação:

- (A) 5INCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não matem-na porisso.
- (B) 5INCO MINUTOS: as vezes, dura mais, mas não matem-na por isso.
- (C) 5INCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não a matem por isso.
- (D) 5INCO MINUTOS: as vezes, dura mais, mas não lhe matem por isso.
- (E) 5INCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não a matem porisso.

LÍNGUA INGLESA

1. Compreensão geral do sentido e do propósito do texto.....	01
2. Compreensão de ideias específicas expressas em parágrafos e frases e a relação entre parágrafos e frases do texto.....	01
3. Localização e identificação de informações específicas em um ou mais trechos do texto.....	01
4. Identificação de marcadores textuais como conjunções, advérbios, preposições etc. e compreensão de sua função essencial no texto.....	03
5. Compreensão do significado de itens lexicais fundamentais para a correta interpretação do texto seja por meio de substituição (sinonímia) ou de explicação da carga semântica do termo ou expressão.	06
6. Localização de referência textual específica de elementos, tais como pronomes, advérbios, entre outros, sempre em função de sua relevância para a compreensão das ideias expressas no texto.	07
7. Compreensão da função de elementos linguísticos específicos na produção de sentido no contexto em que são utilizados.....	33

1. COMPREENSÃO GERAL DO SENTIDO E DO PROPÓSITO DO TEXTO.**2. COMPREENSÃO DE IDEIAS ESPECÍFICAS EXPRESSAS EM PARÁGRAFOS E FRASES E A RELAÇÃO ENTRE PARÁGRAFOS E FRASES DO TEXTO.****3. LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS EM UM OU MAIS TRECHOS DO TEXTO.****TÉCNICA DE LEITURA**

No Brasil, de um modo geral, o inglês instrumental é uma das abordagens do ensino do Inglês que centraliza a língua técnica e científica focalizando o emprego de estratégias específicas, em geral, voltadas à leitura. Seu foco é desenvolver a capacidade de compreensão de textos de diversas áreas do conhecimento. O estudo da gramática restringe-se a um mínimo necessário normalmente associado a um texto atual ou similar que foi veiculado em periódicos. O conhecimento de uma boa quantidade de palavras também faz parte das técnicas que serão relacionadas abaixo.

Dependendo do objetivo de sua leitura, você terá que saber utilizar algum dos três níveis diferentes de compreensão:

Compreensão Geral: obtida através de uma leitura rápida, “uma passada de olho rápida no texto”, para captarmos as informações gerais acerca dele, ou seja, aquilo que é de maior importância, seu tema geral, seu assunto principal.

Compreensão de Pontos Principais: exige que tenhamos maior atenção na busca das informações principais espalhadas pelo texto, observando cada parágrafo distintamente para identificar dados específicos que o autor quis destacar.

Compreensão Detalhada: requer um nível de leitura mais aprofundado que nos níveis anteriores. Exige a compreensão de detalhes do texto, minúcias, palavra por palavra, e demanda, assim, mais tempo e atenção do leitor. Para tanto, em alguns casos, será preciso reler várias vezes o texto.

Para obter um bom nível de acerto durante os níveis de compreensão, temos que por em prática algumas técnicas de auxílio à leitura que passaremos a ver agora.

Background knowledge (conhecimento prévio): para que um leitor consiga identificar e entender certas informações em qualquer tipo de texto, torna-se extremamente importante que ele possua algum conhecimento prévio sobre seu assunto. Podemos comparar esta situação com a de um estudante tentando fazer uma prova de redação. Se ele nunca tiver lido, discutido, estudado ou ouvido falar do tema daquela redação, como poderá dissertar? Suas ideias podem até ir para o papel, mas correrá um grande risco de não ter o vocabulário necessário, consistência, profundida-

de, argumentos, conhecimento de causa, exemplos a citar, etc. sua redação será pobre. Da mesma maneira, se o leitor de um texto técnico em língua inglesa não tiver conhecimento de mundo, vivência, experiências variadas de vida, conhecimento prévio sobre o assunto, seu nível de compreensão será mais superficial. Por isso, o ponto de partida para uma leitura eficiente está sempre em você. Mas também não adianta buscar apenas informação de coisas que te atraem, coisas que você gosta de saber. É preciso ampliar sua visão de mundo. Se você for mulher, busque saber algo sobre futebol também, sobre carros, sobre coisas do mundo masculino. Se você for homem, busque também conhecer assuntos do mundo feminino como cosméticos e vestuário. Busquem ambos interessar-se por assuntos relacionados a crianças, idosos, povos diferentes do seu, países variados, regiões do mundo sobre as quais que você normalmente não sabe nada. Leia jornais, revistas, *sites* da internet, pesquise coisas curiosas, assista a programas de TV jornalísticos, de variedades, de humor, de esportes, de ciência, de religião, de saúde, de entretenimento, converse com pessoas de opiniões, idades e classes sociais diferentes da sua, dê valor a todos os assuntos porque você nunca sabe qual tema será abordado num texto de uma prova. Esteja preparado para todos eles. Desta forma podemos agilizar sua compreensão acerca de um texto. Desta forma você terá mais prazer ao ler, pois compreenderá os mais variados textos. Desta forma você verá que é capaz de adquirir conhecimento em uma língua estrangeira. Desta forma poderemos minimizar seus problemas e aumentar suas chances de obter o sucesso.

Skimming (ler ou examinar superficialmente; desnatar; retirar aquilo de maior peso ou importância): é uma técnica que permite rapidez e eficiência na busca de algum direcionamento inicial acerca do texto. Realizar o **skimming** significa ler rapidamente o texto para saber o assunto principal trabalhado pelo autor. Esta atividade de leitura nos proporciona um nível de compreensão geral, visando nos dar uma visão global, aberta e ampla do texto. Ao realizarmos o **skimming**, não podemos nos deter em detalhes como palavras novas nem palavras das quais nos esquecemos. Estamos em busca do assunto principal e do sentido geral do texto.

Prediction: Com esta estratégia o leitor lança mão do seu próprio conhecimento, através das experiências de vida que possui, e da informação linguística e contextual. Após realizar o **skimming**, o leitor precisa concentrar-se para tentar ativar as informações que já possui sobre o tema e prever que tipos de palavras, frases ou argumentos podem estar presentes naquele texto. É um momento de reflexão. É a hora de buscar na memória tudo o que foi lido, estudado, discutido, e visto na mídia a respeito daquele tema. Além do mais, esta **é uma estratégia de leitura que também permite ao leitor prever o que vem a seguir em um texto. Trata-se do desenvolvimento sequenciado do pensamento. Isso só é possível porque quem escreve, o faz de maneira organizada, porque as pessoas pensam de maneira semelhante e porque alguns tipos de textos possuem estruturas previsíveis levando nós leitores a**

atingir certas formas de compreensão. Quanto mais experiente for o leitor, maior será sua capacidade de prever. Nesta etapa, passamos a associar o assunto do texto com as dicas tipográficas usadas pelo autor para transmitir significados.

Grifo de palavras cognatas, das palavras já conhecidas pelo leitor e das repetidas: Muito comuns entre as línguas inglesa e portuguesa, os cognatos são termos bastante parecidos tanto na escrita como no significado em ambas as línguas. Grifar todas estas palavras em um texto é um recurso psicológico e técnico que visa mostrar e provar visualmente para o leitor que ele tem conhecimento de muitas das palavras daquele texto e de que, assim, ele é capaz de fazer uso dessas informações para responder às questões propostas. Trata-se de um recurso que usamos para dar mais relevância e importância às palavras que já sabemos em um texto, pois é nelas que nos apoiaremos para resolver exercícios e para entender os textos. É muito mais inteligente voltar nosso foco para as palavras que têm algum significado para nós do que destacar aquelas que não conhecemos. Além disso, ao grifar, você acaba relendo as informações de uma maneira mais lenta, o que faz com que perceba certos detalhes que não havia percebido antes. É uma forma de quantificar em porcentagem aproximada o quanto se sabe daquele texto. É preciso lembrar que há um número muito grande de palavras repetidas nos textos e isso facilita para o estudante, pois ele poderá grifar mais de uma vez a mesma palavra.

Scanning: esta técnica de leitura visa dar agilidade na busca por informações específicas. Muitas vezes, após ler um texto, nós queremos reencontrar alguma frase ou alguma palavra já lida anteriormente. Para efetuar esta busca não precisamos ler o texto inteiro de novo, podemos simplesmente ir direto ao ponto aonde podemos encontrar tal informação. Isso é o *scanning*, significa encontrar respostas de uma forma rápida e direta sem perder tempo relendo o texto todo. Esta técnica em geral deve ser aplicada após uma ou mais leituras completas do texto em questão. Assim o leitor diminuirá o risco de confundir informações, perder tempo ou de dar respostas erradas. Se desejar, o estudante pode ler o que os exercícios pedirão antes de fazer o *scanning*, pois assim ele irá selecionar mais facilmente o que for mais importante para responder àquelas questões direcionando-se melhor.

Lexical Inference (inferência lexical): Inferir significa deduzir. Às vezes será preciso deduzir o sentido de um termo, decifrando o que ele quer dizer. Mas isso não pode ser feito de qualquer maneira. Para inferirmos bem, é necessário entender o significado daquela palavra desconhecida através do contexto no qual ela está inserida, observando as palavras vizinhas, as frases anteriores e posteriores, o parágrafo onde ela está, as noções gerais que temos do texto, etc. Precisamos observar o meio no qual a palavra está posta. Neste caso teremos de nos fazer valer de nossos conhecimentos de classes gramaticais (substantivos, adjetivos, preposições, verbo, etc.), de afixos, de singular e plural, **conhecimento sobre a estrutura de textos**, etc. Tudo isso em conjunto pode ajudar numa aproximação do sentido real daquele termo que não sabemos.

É preciso lembrar que estas estratégias serão mais ou menos eficazes dependendo do tamanho do vocabulário que você possui e também do seu nível de conhecimento gramatical.

Há estudos que relacionaram as palavras que mais aparecem em textos e livros técnicos em língua inglesa. Desses estudos foram feitas diferentes listas com as 500 palavras mais comuns, ou as 700 palavras mais comuns. Para facilitar seu estudo, incluímos aqui as 318 mais comuns para serem estudadas. Ao memorizar estas palavras você obterá um magnífico subsídio preparando-se para enfrentar qualquer texto. Você verá que várias destas palavras já são conhecidas por você, assim, na verdade, terá que memorizar bem menos destas.

DICAS TOPOGRÁFICAS

Qualquer porção de linguagem, seja ela falada, escrita, gesticulada, desenhada etc., pode ser considerada texto. Assim, um texto pode constituir-se de uma frase, uma palavra, um sinal, uma imagem, ou alguma porção maior e mais longa como um romance ou uma novela. Por isso, a comunicação não envolve somente a linguagem verbal, como na escrita e na fala, mas também envolve a linguagem não-verbal. Este tipo de linguagem se desenvolve de maneira complexa na sociedade contemporânea e relaciona-se com outras linguagens como a moda, os gestos, a arte, os sinais, etc.

Além das técnicas mencionadas anteriormente, o leitor deve sempre se apoiar em informações universais como imagens, números e símbolos. Neste exemplo a imagem podemos identificar que se trata de uma propaganda de fraldas. O estudante consegue identificar o preço de trinta e três centavos nos outros supermercados. O desconto de 45% oferecido fazendo com que o preço fique em dezoito centavos no local da promoção "ALDI".

? ! , ; 4 / A a % = @ + " . Símbolos, cores, formatos, fotos, desenhos, tamanhos de letras utilizados, estilos de letras escolhidos, elementos de pontuação, algarismos, etc., ajudam-nos a desvendar muitas minúcias do conteúdo de um texto.

Esses elementos são conhecidos como *marcas*, *evidências* ou *dicas tipográficas* que os mais variados textos utilizam para comunicar. São elementos que transmitem informações além das palavras, complementando-as. Saber reconhecê-las e também extrair delas algum sentido complementar para o texto fornece um grande auxílio à leitura e à interpretação das ideias transmitidas.

Polícia Militar do Estado de São Paulo

PM-SP

Curso de Formação de Oficiais

Volume II

Edital nº DP-3/321/18.

AG056-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PM-SP

Cargo: Curso de Formação de Oficiais

(Baseado no Edital nº DP-3/321/18)

Volume I

- História
- Filosofia
- Sociologia
- Geografia
- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa

Volume II

- Língua Espanhola
- Matemática
- Noções de Administração Pública
- Noções de Informática

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli
Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Espanhola

1. Compreensão geral do sentido e do propósito do texto.....	01
2. Compreensão de ideias específicas expressas em parágrafos e frases e a relação entre parágrafos e frases do texto.....	01
3. Localização e identificação de informações específicas em um ou mais trechos do texto.....	01
4. Identificação de marcadores textuais como conjunções, advérbios, preposições etc. e compreensão de sua função essencial no texto.....	02
5. Compreensão do significado de itens lexicais fundamentais para a correta interpretação do texto seja por meio de substituição (sinonímia) ou de explicação da carga semântica do termo ou expressão.....	08
6. Localização de referência textual específica de elementos, tais como pronomes, advérbios, entre outros, sempre em função de sua relevância para a compreensão das ideias expressas no texto.....	12
7. Compreensão da função de elementos linguísticos específicos na produção de sentido no contexto em que são utilizados.....	16

Matemática

1. CONJUNTOS NUMÉRICOS.....	01
1.1. Números naturais e números inteiros: indução finita, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos.....	01
1.2. Números racionais e noção elementar de números reais: operações e propriedades, ordem, valor absoluto, desigualdades.....	01
1.3. Números complexos: representação e operações nas formas algébrica e trigonométrica, raízes da unidade....	01
1.4. Sequências: noção de sequência, progressões aritmética e geométrica, noção de limite de uma sequência, soma da série geométrica, representação decimal de um número real.....	01
1.5. Grandezas direta e inversamente proporcionais.....	29
1.6. Porcentagem; juros simples e compostos.....	38
2. POLINÔMIOS.....	48
2.1. Polinômios: conceito, grau e propriedades fundamentais.....	48
2.2. Operações com polinômios, divisão de um polinômio por um binômio da forma $x-a$, divisão de um polinômio por outro polinômio de grau menor ou igual.....	48
3. EQUAÇÕES ALGÉBRICAS.....	54
3.1. Equações algébricas: definição, conceito de raiz, multiplicidade de raízes, enunciado do Teorema Fundamental da Álgebra.....	54
3.2. Relações entre coeficientes e raízes. Pesquisa de raízes múltiplas. Raízes: racionais, reais e complexas.....	54
4. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE.....	56
4.1. Princípio fundamental de contagem.....	56
4.2. Arranjos, permutações e combinações simples.....	56
4.3. Binômio de Newton.....	56
4.4. Eventos. Conjunto universo. Conceituação de probabilidade.....	56
4.5. Eventos mutuamente exclusivos. Probabilidade da união e da intersecção de dois ou mais eventos.....	56
4.6. Probabilidade condicional. Eventos independentes.....	56
5. NOÇÕES BÁSICAS DE ESTATÍSTICA.....	64
5.1. Representação gráfica (barras, segmentos, setores, histogramas).....	64
5.2. Medidas de tendência central (média, mediana e moda).....	64
6. MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES.....	79
6.1. Matrizes: operações, matriz inversa.....	79
6.2. Sistemas lineares. Matriz associada a um sistema. Resolução e discussão de um sistema linear.....	79
6.3. Determinante de uma matriz quadrada: propriedades e aplicações, regras de Cramer.....	79
7. GEOMETRIA ANALÍTICA.....	101
7.1. Coordenadas cartesianas na reta e no plano. Distância entre dois pontos.....	101
7.2. Equação da reta: formas reduzida, geral e segmentária; coeficiente angular. Intersecção de retas, retas paralelas e perpendiculares. Feixe de retas. Distância de um ponto a uma reta. Área de um triângulo.....	101

SUMÁRIO

7.3. Equação da circunferência; tangentes a uma circunferência; intersecção de uma reta a uma circunferência...	101
7.4. Elipse, hipérbole e parábola: equações reduzidas.....	101
8. FUNÇÕES.....	110
8.1. Gráficos de funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras; função composta; função inversa.....	110
8.2. Função e função quadrática.....	110
8.3. Função exponencial e função logarítmica. Teoria dos logaritmos; uso de logaritmos em cálculos.....	110
8.4. Equações e inequações: lineares, quadráticas, exponenciais e logarítmicas.....	110
9. TRIGONOMETRIA.....	132
9.1. Arcos e ângulos: medidas, relações entre arcos.....	132
9.2. Razões trigonométricas: Cálculo dos valores em $/6$, $/4$ e $/3$	132
9.3. Resolução de triângulos retângulos.....	132
9.4. Resolução de triângulos quaisquer: lei dos senos e lei dos cossenos.1.....	132
9.5. Funções trigonométricas: periodicidade, gráficos, simetrias.....	132
9.6. Fórmulas de adição, subtração, duplicação e bissecção de arcos. Transformações de somas de funções trigonométricas em produtos.....	132
9.7. Equações e inequações trigonométricas.....	132
10. GEOMETRIA PLANA.....	142
10.1. Figuras geométricas simples: reta, semirreta, segmento, ângulo plano, polígonos planos, circunferência e círculo.....	142
10.2. Congruência de figuras planas.....	142
10.3. Semelhança de triângulos.....	142
10.4. Relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos.....	142
10.5. Áreas de polígonos, círculos, coroa e sector circular.....	142
11. GEOMETRIA ESPACIAL.....	162
11.1. Retas e planos no espaço. Paralelismo e perpendicularismo.....	162
11.2. Ângulos diedros e ângulos poliédricos. Poliedros: poliedros regulares.....	162
11.3. Prismas, pirâmides e respectivos troncos. Cálculo de áreas e volumes.....	162
11.4. Cilindro, cone e esfera: cálculo de áreas e volumes.....	162

Noções de Administração Pública

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	01
1.1. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Capítulo II – Dos Direitos Sociais;.....	05
1.2. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo VII – Da Administração Pública: Seção II – Dos Servidores Públicos; Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	38
2. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	61
2.1. Título I – Dos Fundamentos do Estado.....	61
2.2. Título II – Da Organização e Poderes: Capítulo I – Disposições Preliminares; e Capítulo III – Do Poder Executivo.....	61
2.3. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo I – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais: artigos 111 a 114, e 115 “caput” e incisos I a X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI e XXVII; Capítulo II – Dos Servidores Públicos do Estado: Seção I – Dos Servidores Públicos Civis: artigo 124 “caput”, e artigos 125 a 137; Seção II – Dos Servidores Públicos Militares; Capítulo III – Da Segurança Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção III – Da Polícia Militar.....	70
2.4. Título VII – Da Ordem Social: Capítulo III – Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer: Seção I – Da Educação: artigos 237 a 249 e 251 a 258; Capítulo VII – Da Proteção Especial: Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiência.....	74
2.5. Título VIII – Disposições Constitucionais Gerais: Artigos 284 a 291.....	76
3. LEI Nº 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.....	77
4. LEI Nº 10.177/98 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....	106
5. LEI COMPLEMENTAR Nº 893/01 – Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar – RDPM.....	114
6. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.080/08 – Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica.....	122
6.1. Capítulo I – Disposição Preliminar.....	122
6.2. Capítulo II – Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Do	

SUMÁRIO

Ingresso; Seção III – Do Estágio Probatório; Seção IV – Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias; Seção VII – Da Progressão; Seção VIII – Da Promoção; Seção IX – Da Substituição.	122
6.3. Capítulo IV – Disposições Finais: artigos 54 a 56.	122
7. LEI FEDERAL Nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação;	127
8. DECRETO nº 58.052/12 – Regulamenta a Lei nº 12.527/11, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.	148

Noções de Informática

MS-Windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010.	01
MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	08
MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	16
MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.	28
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	33
Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.	36

LÍNGUA ESPANHOLA

1. Compreensão geral do sentido e do propósito do texto.....	01
2. Compreensão de ideias específicas expressas em parágrafos e frases e a relação entre parágrafos e frases do texto.....	01
3. Localização e identificação de informações específicas em um ou mais trechos do texto.....	01
4. Identificação de marcadores textuais como conjunções, advérbios, preposições etc. e compreensão de sua função essencial no texto.....	02
5. Compreensão do significado de itens lexicais fundamentais para a correta interpretação do texto seja por meio de substituição (sinonímia) ou de explicação da carga semântica do termo ou expressão.	08
6. Localização de referência textual específica de elementos, tais como pronomes, advérbios, entre outros, sempre em função de sua relevância para a compreensão das ideias expressas no texto.....	12
7. Compreensão da função de elementos linguísticos específicos na produção de sentido no contexto em que são utilizados.....	16

1. COMPREENSÃO GERAL DO SENTIDO E DO PROPÓSITO DO TEXTO.
2. COMPREENSÃO DE IDEIAS ESPECÍFICAS EXPRESSAS EM PARÁGRAFOS E FRASES E A RELAÇÃO ENTRE PARÁGRAFOS E FRASES DO TEXTO.
3. LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS EM UM OU MAIS TRECHOS DO TEXTO.

É importante que você tome cuidado com os "falsos amigos" na prova de espanhol, ou seja, palavras que são parecidas em ambas as línguas mas possuem significados diferentes. Por isso, é importante revisar a gramática espanhola e estar familiarizado com os significados das palavras que parecem iguais ao português.

Quando o texto é em uma língua diferente da nossa língua materna é preciso ter mais cautela ao lê-lo e interpretá-lo, principalmente se o texto for em Espanhol, onde os falsos amigos às vezes nos pregam peças...

Não existe uma regra específica para se interpretar textos. Cada pessoa tem o seu método: uns preferem ler o texto todo e depois responder às questões. Outros preferem ir direto para as questões e depois voltar ao texto para encontrar a resposta.

O importante é entender a ideia central do texto e escolher a melhor alternativa para as questões.

Atenção com as "Pegadinhas"

No espanhol, vocábulos, principalmente conectivos, muito comuns nos textos, são essenciais ao entendimento do aluno, por exemplo, exemplos a palavra "mientras", que significa "enquanto", ou a expressão "sin embargo", que significa "entretanto". Não conhecer expressões como essas pode ser crucial.

Segue algumas dicas para ajudá-los na hora da prova:

- Ler o texto e as questões com calma.
- Voltar ao texto, quando vezes for preciso, para escolher qual é a melhor alternativa. Marquem o parágrafo onde vocês acham que está a resposta com uma chave ou um colchete.
- Ler com atenção o enunciado da questão; ver o que a questão pede. As bancas às vezes colocam pegadinhas nas perguntas. Atentar para as palavras: *subrayada* (sublinhada) / *hueco* (espaço) / *con excepción de* (com exceção de) / *en negrita* (em negrito) / *señalado* (assinalado) / palavra destacada del texto / *correcta* / *incorrecta*.
- Atenção com os falsos amigos. Isso é importantíssimo!!! **Não se deixem levar pelas aparências das palavras. Nem tudo o que parece em espanhol é igual em português e vice-versa.**
- Na dúvida entre duas alternativas, escolham a que parecer mais completa, mais condizente com o texto.
- Ao ler o texto, se fixem também nos advérbios, conjunções, preposições e as famosas expressões idiomáticas - isso faz toda a diferença no contexto textual.

Mais algumas dicas:

Que tipo de questões os concursos podem cobrar nas provas com relação à interpretação de textos?

- Para não alterar o sentido do texto, você pode substituir essas palavras _____ por...
- A expressão ... significa que...
- O texto permite concluir que...
- Segundo o texto / De acordo com o texto...
- (palavra extraída do texto) pode ser substituída por...
- Com base na leitura do texto, é CORRETO / INCORRETO afirmar que...
- En el texto, la palabra ____ se refiere a ?
- Dado el contexto del texto, se puede deducir que?
- La palabra ____ se puede traducir al portugués por ?.
- La causa del problema planteado, según el articulista, reside en?
- Indique lo que NO está de acuerdo con lo que dice el texto
- En el ____ párrafo el término podría sustituirse por?
- El objetivo del texto es?
- La palabra ____ es sinónimo de?

- Es una idea presente en el texto que?
- De la lectura del texto se infiere que?
- La alternativa que presenta una idea **NO** expresada en el texto es?
- La expresión _____ (línea?.) puede ser reemplazada por?
- Es posible sustituir la expresión _____ en la frase _____ sin cambiar el sentido del texto por?

Nas questões gramaticais, fique atento:

- Ao uso dos **tempos verbais**

Os tempos (Los tiempos)

O tempo do verbo indica o momento em que se realiza a ação: presente, pretérito ou futuro. Em espanhol, os tempos verbais classificam-se em:



simples: formados unicamente pelo verbo principal.
compuestos: formados pelo verbo auxiliar haber e o participio do verbo principal.
perfectos: ressaltam a delimitação temporal. O termo perfecto tem o sentido de completo, acabado.
imperfectos: indicam a continuidade da ação.

4. IDENTIFICAÇÃO DE MARCADORES TEXTUAIS COMO CONJUNÇÕES, ADVÉRBIOS, PREPOSIÇÕES ETC. E COMPREENSÃO DE SUA FUNÇÃO ESSENCIAL NO TEXTO.

CONJUNÇÕES - CONJUNCIONES

As conjunções são palavras que unem dois termos de uma mesma oração ou duas orações. Estas orações podem estabelecer uma relação de **coordenação**, ou seja, uma está relacionada à outra mas não há dependência entre elas, ou estabelecem relação de **subordinação**, ou seja, uma depende da outra para ter sentido completo.

Adversativas

Unem termos ou orações que se contrapõem entre si:

Me gustaría ir, **pero** no tengo dinero. (= mas)
 (Gostaria de ir, mas não tenho dinheiro.)
 No quiero té **sino** café solo. (mas sim)
 (Não quero chá, mas sim café preto.)
 No les gustan comer frutas **sino** manzanas. (exceto)
 (Não gostam de comer frutas, exceto maçãs.)
 Esta chica no hace otra cosa **sino** llorar. (a não ser)
 (Esta menina não faz outra coisa a não ser chorar.)
 Saldré esta mañana **aunque** llueva.
 (Sairei esta manhã mesmo que chova.)



Tenía muchos motivos para hacerlo hablar, **sin embargo** no lo hizo.
 (Tinha muitos motivos para fazê-lo falar, no entanto não o fiz.)

Outras conjunções que designam ideias contrárias: *excepto, no obstante, antes, antes bien, a pesar de, con todo, más bien, fuera de.*

Concesivas

Expressam concessão ou ainda uma oposição à ideia expressa pelo verbo da oração principal:

Aunque no lo merezcas, te ayudaré. (embora)
 (Embora não mereças, te ajudarei.)

Outras conjunções que designam concessão: *a pesar de que, y eso que, si bien, etc.*

MATEMÁTICA

1. CONJUNTOS NUMÉRICOS	01
1.1. Números naturais e números inteiros: indução finita, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos.	01
1.2. Números racionais e noção elementar de números reais: operações e propriedades, ordem, valor absoluto, desigualdades.....	01
1.3. Números complexos: representação e operações nas formas algébrica e trigonométrica, raízes da unidade....	01
1.4. Sequências: noção de sequência, progressões aritmética e geométrica, noção de limite de uma sequência, soma da série geométrica, representação decimal de um número real.....	01
1.5. Grandezas direta e inversamente proporcionais.	29
1.6. Porcentagem; juros simples e compostos.....	38
2. POLINÔMIOS.....	48
2.1. Polinômios: conceito, grau e propriedades fundamentais.	48
2.2. Operações com polinômios, divisão de um polinômio por um binômio da forma $x-a$, divisão de um polinômio por outro polinômio de grau menor ou igual.	48
3. EQUAÇÕES ALGÉBRICAS.....	54
3.1. Equações algébricas: definição, conceito de raiz, multiplicidade de raízes, enunciado do Teorema Fundamental da Álgebra.....	54
3.2. Relações entre coeficientes e raízes. Pesquisa de raízes múltiplas. Raízes: racionais, reais e complexas.	54
4. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	56
4.1. Princípio fundamental de contagem.....	56
4.2. Arranjos, permutações e combinações simples.....	56
4.3. Binômio de Newton.....	56
4.4. Eventos. Conjunto universo. Conceituação de probabilidade.....	56
4.5. Eventos mutuamente exclusivos. Probabilidade da união e da intersecção de dois ou mais eventos.....	56
4.6. Probabilidade condicional. Eventos independentes.	56
5. NOÇÕES BÁSICAS DE ESTATÍSTICA	64
5.1. Representação gráfica (barras, segmentos, setores, histogramas).....	64
5.2. Medidas de tendência central (média, mediana e moda).	64
6. MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES.....	79
6.1. Matrizes: operações, matriz inversa.....	79
6.2. Sistemas lineares. Matriz associada a um sistema. Resolução e discussão de um sistema linear.....	79
6.3. Determinante de uma matriz quadrada: propriedades e aplicações, regras de Cramer.....	79
7. GEOMETRIA ANALÍTICA.....	101
7.1. Coordenadas cartesianas na reta e no plano. Distância entre dois pontos.....	101
7.2. Equação da reta: formas reduzida, geral e segmentária; coeficiente angular. Intersecção de retas, retas paralelas e perpendiculares. Feixe de retas. Distância de um ponto a uma reta. Área de um triângulo.....	101
7.3. Equação da circunferência; tangentes a uma circunferência; intersecção de uma reta a uma circunferência....	101
7.4. Elipse, hipérbole e parábola: equações reduzidas.	101
8. FUNÇÕES.....	110
8.1. Gráficos de funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras; função composta; função inversa.	110
8.2. Função e função quadrática.	110
8.3. Função exponencial e função logarítmica. Teoria dos logaritmos; uso de logaritmos em cálculos.	110
8.4. Equações e inequações: lineares, quadráticas, exponenciais e logarítmicas.....	110
9. TRIGONOMETRIA.....	132
9.1. Arcos e ângulos: medidas, relações entre arcos.	132
9.2. Razões trigonométricas: Cálculo dos valores em $\pi/6$, $\pi/4$ e $\pi/3$	132
9.3. Resolução de triângulos retângulos.	132
9.4. Resolução de triângulos quaisquer: lei dos senos e lei dos cossenos.1.....	132
9.5. Funções trigonométricas: periodicidade, gráficos, simetrias.....	132
9.6. Fórmulas de adição, subtração, duplicação e bissecção de arcos. Transformações de somas de funções trigonométricas em produtos.	132
9.7. Equações e inequações trigonométricas.	132

MATEMÁTICA

10. GEOMETRIA PLANA.....	142
10.1. Figuras geométricas simples: reta, semirreta, segmento, ângulo plano, polígonos planos, circunferência e círculo.	142
10.2. Congruência de figuras planas.....	142
10.3. Semelhança de triângulos.....	142
10.4. Relações métricas nos triângulos, polígonos regulares e círculos.	142
10.5. Áreas de polígonos, círculos, coroa e sector circular.....	142
11. GEOMETRIA ESPACIAL.....	162
11.1. Retas e planos no espaço. Paralelismo e perpendicularismo.....	162
11.2. Ângulos diedros e ângulos polidricos. Poliedros: poliedros regulares.	162
11.3. Prismas, pirâmides e respectivos troncos. Cálculo de áreas e volumes.....	162
11.4. Cilindro, cone e esfera: cálculo de áreas e volumes.	162

1. CONJUNTOS NUMÉRICOS.

1.1. Números naturais e números inteiros: indução finita, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos.

1.2. Números racionais e noção elementar de números reais: operações e propriedades, ordem, valor absoluto, desigualdades.

1.3. Números complexos: representação e operações nas formas algébrica e trigonométrica, raízes da unidade.

1.4. Sequências: noção de sequência, progressões aritmética e geométrica, noção de limite de uma sequência, soma da série geométrica, representação decimal de um número real.

NÚMEROS NATURAIS

O conjunto dos números naturais é representado pela letra maiúscula N e estes números são construídos com os algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, que também são conhecidos como algarismos indo-arábicos. No século VII, os árabes invadiram a Índia, difundindo o seu sistema numérico. Embora o zero não seja um número natural no sentido que tenha sido proveniente de objetos de contagens naturais, iremos considerá-lo como um número natural uma vez que ele tem as mesmas propriedades algébricas que os números naturais. Na verdade, o zero foi criado pelos hindus na montagem do sistema posicional de numeração para suprir a deficiência de algo nulo.

Na sequência consideraremos que os naturais têm início com o número zero e escreveremos este conjunto como: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

Representaremos o conjunto dos números naturais com a letra N . As reticências (três pontos) indicam que este conjunto não tem fim. N é um conjunto com infinitos números.

Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$

A construção dos Números Naturais

- Todo número natural dado tem um sucessor (número que vem depois do número dado), considerando também o zero.

Exemplos: Seja m um número natural.

- a) O sucessor de m é $m+1$.
- b) O sucessor de 0 é 1.
- c) O sucessor de 1 é 2.
- d) O sucessor de 19 é 20.

- Se um número natural é sucessor de outro, então os dois números juntos são chamados números consecutivos.

Exemplos:

- a) 1 e 2 são números consecutivos.
- b) 5 e 6 são números consecutivos.
- c) 50 e 51 são números consecutivos.

- Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

Exemplos:

- a) 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 são consecutivos.
- b) 5, 6 e 7 são consecutivos.
- c) 50, 51, 52 e 53 são consecutivos.

- Todo número natural dado N , exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é $m-1$.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

O conjunto abaixo é conhecido como o conjunto dos números naturais pares. Embora uma sequência real seja outro objeto matemático denominado função, algumas vezes utilizaremos a denominação sequência dos números naturais pares para representar o conjunto dos números naturais pares: $P = \{0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, \dots\}$

O conjunto abaixo é conhecido como o conjunto dos números naturais ímpares, às vezes também chamados, a sequência dos números ímpares. $I = \{1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, \dots\}$

Operações com Números Naturais

Na sequência, estudaremos as duas principais operações possíveis no conjunto dos números naturais. Praticamente, toda a Matemática é construída a partir dessas duas operações: adição e multiplicação.

A adição de números naturais

A primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números. Antes de surgir os algarismos indo-arábicos, as adições podiam ser realizadas por meio de tábuas de calcular, com o auxílio de pedras ou por meio de ábacos.

Propriedades da Adição

- **Fechamento:** A adição no conjunto dos números naturais é fechada, pois a soma de dois números naturais é ainda um número natural. O fato que a operação de adição é fechada em N é conhecido na literatura do assunto como: A adição é uma lei de composição interna no conjunto N .

- **Associativa:** A adição no conjunto dos números naturais é associativa, pois na adição de três ou mais parcelas de números naturais quaisquer é possível associar as parcelas de quaisquer modos, ou seja, com três números naturais, somando o primeiro com o segundo e ao resultado obtido somarmos um terceiro, obteremos um resultado que é igual à soma do primeiro com a soma do segundo e o terceiro. $(A + B) + C = A + (B + C)$

- **Elemento neutro:** No conjunto dos números naturais, existe o elemento neutro que é o zero, pois tomando um número natural qualquer e somando com o elemento neutro (zero), o resultado será o próprio número natural.

- **Comutativa:** No conjunto dos números naturais, a adição é comutativa, pois a ordem das parcelas não altera a soma, ou seja, somando a primeira parcela com a segunda parcela, teremos o mesmo resultado que se somando a segunda parcela com a primeira parcela.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.

Exemplo

4 vezes 9 é somar o número 9 quatro vezes: $4 \times 9 = 9 + 9 + 9 + 9 = 36$

O resultado da multiplicação é denominado produto e os números dados que geraram o produto, são chamados fatores. Usamos o sinal $\times$ ou $\cdot$ ou x , para representar a multiplicação.

Propriedades da multiplicação

- **Fechamento:** A multiplicação é fechada no conjunto N dos números naturais, pois realizando o produto de dois ou mais números naturais, o resultado estará em N . O fato que a operação de multiplicação é fechada em N é conhecido na literatura do assunto como: A multiplicação é uma lei de composição interna no conjunto N .

- **Associativa:** Na multiplicação, podemos associar 3 ou mais fatores de modos diferentes, pois se multiplicarmos o primeiro fator com o segundo e depois multiplicarmos por um terceiro número natural, teremos o mesmo resultado que multiplicar o terceiro pelo produto do primeiro pelo segundo. $(m \cdot n) \cdot p = m \cdot (n \cdot p) \rightarrow (3 \cdot 4) \cdot 5 = 3 \cdot (4 \cdot 5) = 60$

- **Elemento Neutro:** No conjunto dos números naturais existe um elemento neutro para a multiplicação que é o 1. Qualquer que seja o número natural n , tem-se que: $1 \cdot n = n \cdot 1 = n \rightarrow 1 \cdot 7 = 7 \cdot 1 = 7$

- **Comutativa:** Quando multiplicamos dois números naturais quaisquer, a ordem dos fatores não altera o produto, ou seja, multiplicando o primeiro elemento pelo segundo elemento teremos o mesmo resultado que multiplicando o segundo elemento pelo primeiro elemento. $m \cdot n = n \cdot m \rightarrow 3 \cdot 4 = 4 \cdot 3 = 12$

Propriedade Distributiva

Multiplicando um número natural pela soma de dois números naturais, é o mesmo que multiplicar o fator, por cada uma das parcelas e a seguir adicionar os resultados obtidos. $m \cdot (p + q) = m \cdot p + m \cdot q \rightarrow 6 \times (5 + 3) = 6 \times 5 + 6 \times 3 = 30 + 18 = 48$

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

Relações essenciais numa divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $35 : 7 = 5$

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $35 = 5 \times 7$

- A divisão de um número natural n por zero não é possível pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Potenciação de Números Naturais

Para dois números naturais m e n , a expressão m^n é um produto de n fatores iguais ao número m , ou seja: $m^n = m \cdot m \cdot m \dots m \cdot m \rightarrow m$ aparece n vezes

O número que se repete como fator é denominado base que neste caso é m . O número de vezes que a base se repete é denominado expoente que neste caso é n . O resultado é denominado potência. Esta operação não passa de uma multiplicação com fatores iguais, como por exemplo: $2^3 = 2 \times 2 \times 2 = 8 \rightarrow 4^3 = 4 \times 4 \times 4 = 64$

Propriedades da Potenciação

- Uma potência cuja base é igual a 1 e o expoente natural é n , denotada por 1^n , será sempre igual a 1.

Exemplos:

a- $1^n = 1 \times 1 \times \dots \times 1$ (n vezes) = 1

b- $1^3 = 1 \times 1 \times 1 = 1$

c- $1^7 = 1 \times 1 \times 1 \times 1 \times 1 \times 1 \times 1 = 1$

- Se n é um número natural não nulo, então temos que $n^0 = 1$. Por exemplo:

- (a) $n^0 = 1$

- (b) $5^0 = 1$

- (c) $49^0 = 1$

- A potência zero elevado a zero, denotada por 0^0 , é carente de sentido no contexto do Ensino Fundamental.

- Qualquer que seja a potência em que a base é o número natural n e o expoente é igual a 1, denotada por n^1 , é igual ao próprio n . Por exemplo:

- (a) $n^1 = n$

- (b) $5^1 = 5$

- (c) $64^1 = 64$

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL	01
1.1. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Capítulo II – Dos Direitos Sociais;	05
1.2. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo VII – Da Administração Pública: Seção II – Dos Servidores Públicos; Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	38
2. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO	61
2.1. Título I – Dos Fundamentos do Estado.	61
2.2. Título II – Da Organização e Poderes: Capítulo I – Disposições Preliminares; e Capítulo III – Do Poder Executivo.	61
2.3. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo I – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais: artigos 111 a 114, e 115 “caput” e incisos I a X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI e XXVII; Capítulo II – Dos Servidores Públicos do Estado: Seção I – Dos Servidores Públicos Cíveis: artigo 124 “caput”, e artigos 125 a 137; Seção II – Dos Servidores Públicos Militares; Capítulo III – Da Segurança Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção III – Da Polícia Militar.	70
2.4. Título VII – Da Ordem Social: Capítulo III – Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer: Seção I – Da Educação: artigos 237 a 249 e 251 a 258; Capítulo VII – Da Proteção Especial: Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiência.	74
2.5. Título VIII – Disposições Constitucionais Gerais: Artigos 284 a 291.	76
3. LEI Nº 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.	77
4. LEI Nº 10.177/98 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.	106
5. LEI COMPLEMENTAR Nº 893/01 – Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar – RDPM.	114
6. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.080/08 – Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica.	122
6.1. Capítulo I – Disposição Preliminar.	122
6.2. Capítulo II – Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Do Ingresso; Seção III – Do Estágio Probatório; Seção IV – Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias; Seção VII – Da Progressão; Seção VIII – Da Promoção; Seção IX – Da Substituição.	122
6.3. Capítulo IV – Disposições Finais: artigos 54 a 56.	122
7. LEI FEDERAL Nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação;	127
8. DECRETO nº 58.052/12 – Regulamenta a Lei nº 12.527/11, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.	148

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1) Fundamentos da República

O título I da Constituição Federal trata dos princípios fundamentais do Estado brasileiro e começa, em seu artigo 1º, trabalhando com os fundamentos da República Federativa brasileira, ou seja, com as bases estruturantes do Estado nacional.

Neste sentido, disciplina:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Vale estudar o significado e a abrangência de cada qual destes fundamentos.

1.1) Soberania

Soberania significa o poder supremo que cada nação possui de se autogovernar e se autodeterminar. Este conceito surgiu no Estado Moderno, com a ascensão do absolutismo, colocando o rei na posição de soberano. Sendo assim, poderia governar como bem entendesse, pois seu poder era exclusivo, inabalável, ilimitado, atemporal e divino, ou seja, absoluto.

Neste sentido, Thomas Hobbes¹, na obra *Leviatã*, defende que quando os homens abrem mão do estado natural, deixa de predominar a lei do mais forte, mas para a consolidação deste tipo de sociedade é necessária a presença de uma autoridade à qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, permitindo que esta autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, que à época da escrita da obra de Hobbes se consolidava no monarca, deveria ser o *Leviatã*, uma autoridade inquestionável.

No mesmo direcionamento se encontra a obra de Maquiavel², que rejeitou a concepção de um soberano que deveria ser justo e ético para com o seu povo, desde que sempre tivesse em vista a finalidade primordial de manter o Estado íntegro: "na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recurso, os fins justificam os meios". Portanto, se um príncipe pretende con-

1 MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. [s.c]: [s.n.], 1861.

2 MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 111.

quistar e manter o poder, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos, pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados".

A concepção de soberania inerente ao monarca se quebrou numa fase posterior, notadamente com a ascensão do ideário iluminista. Com efeito, passou-se a enxergar a soberania como um poder que repousa no povo. Logo, a autoridade absoluta da qual emana o poder é o povo e a legitimidade do exercício do poder no Estado emana deste povo.

Com efeito, no Estado Democrático se garante a soberania popular, que pode ser conceituada como "a qualidade máxima do poder extraída da soma dos atributos de cada membro da sociedade estatal, encarregado de escolher os seus representantes no governo por meio do sufrágio universal e do voto direto, secreto e igualitário"³.

Neste sentido, liga-se diretamente ao parágrafo único do artigo 1º, CF, que prevê que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". O povo é soberano em suas decisões e as autoridades eleitas que decidem em nome dele, representando-o, devem estar devidamente legitimadas para tanto, o que acontece pelo exercício do sufrágio universal.

Por seu turno, a soberania nacional é princípio geral da atividade econômica (artigo 170, I, CF), restando demonstrado que não somente é guia da atuação política do Estado, mas também de sua atuação econômica. Neste sentido, deve-se preservar e incentivar a indústria e a economia nacionais.

1.2) Cidadania

Quando se afirma no *caput* do artigo 1º que a República Federativa do Brasil é um Estado **Democrático** de Direito, remete-se à ideia de que o Brasil adota a democracia como regime político.

Historicamente, nota-se que por volta de 800 a.C. as comunidades de aldeias começaram a ceder lugar para unidades políticas maiores, surgindo as chamadas cidades-estado ou *polis*, como Tebas, Esparta e Atenas. Inicialmente eram monarquias, transformaram-se em oligarquias e, por volta dos séculos V e VI a.C., tornaram-se democracias. Com efeito, as origens da chamada democracia se encontram na Grécia antiga, sendo permitida a participação direta daqueles poucos que eram considerados cidadãos, por meio da discussão na *polis*.

Democracia (do grego, *demo*+*kratos*) é um regime político em que o poder de tomar decisões políticas está com os **cidadãos**, de forma direta (quando um cidadão se reúne com os demais e, juntos, eles tomam a decisão política) ou indireta (quando ao cidadão é dado o poder de eleger um representante).

Portanto, o conceito de democracia está diretamente ligado ao de cidadania, notadamente porque apenas quem possui cidadania está apto a participar das decisões políticas a serem tomadas pelo Estado.

3 BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Cidadão é o **nacional**, isto é, aquele que possui o vínculo político-jurídico da nacionalidade com o Estado, **que goza de direitos políticos**, ou seja, que pode votar e ser votado (sufrágio universal).

Destacam-se os seguintes conceitos correlatos:

a) Nacionalidade: é o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a determinado Estado, fazendo com que ele passe a integrar o povo daquele Estado, desfrutando assim de direitos e obrigações.

b) Povo: conjunto de pessoas que compõem o Estado, unidas pelo vínculo da nacionalidade.

c) População: conjunto de pessoas residentes no Estado, nacionais ou não.

Depreende-se que a cidadania é um atributo conferido aos nacionais titulares de direitos políticos, permitindo a consolidação do sistema democrático.

1.3) Dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é o valor-base de interpretação de qualquer sistema jurídico, internacional ou nacional, que possa se considerar compatível com os valores éticos, notadamente da moral, da justiça e da democracia. Pensar em dignidade da pessoa humana significa, acima de tudo, colocar a pessoa humana como centro e norte para qualquer processo de interpretação jurídico, seja na elaboração da norma, seja na sua aplicação.

Sem pretender estabelecer uma definição fechada ou plena, é possível conceituar dignidade da pessoa humana como o **principal valor** do ordenamento ético e, por consequência, jurídico que pretende colocar a pessoa humana como um **sujeito pleno de direitos e obrigações** na ordem internacional e nacional, cujo desrespeito acarreta a própria **exclusão de sua personalidade**.

Aponta Barroso⁴: “o princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência no mundo. É um respeito à criação, independente da crença que se professe quanto à sua origem. A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e valores do espírito como com as condições materiais de subsistência”.

O Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, trouxe interessante conceito numa das decisões que relatou: “a dignidade consiste na percepção intrínseca de cada ser humano a respeito dos direitos e obrigações, de modo a assegurar, sob o foco de condições existenciais mínimas, a participação saudável e ativa nos destinos escolhidos, sem que isso importe destilação dos valores soberanos da democracia e das liberdades individuais. O processo de valorização do indivíduo articula a promoção de escolhas, posturas e sonhos, sem olvidar que o espectro de abrangência das liberdades individuais encontra limitação em outros direitos fundamentais, tais como a honra, a vida privada, a intimidade, a imagem. Sobreleva registrar que essas garantias, associadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, subsistem como conquista da humanidade, razão pela qual auferiram proteção especial consistente em indenização por dano moral decorrente de sua violação”⁵.

4 BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 382.

Para Reale⁶, a evolução histórica demonstra o domínio de um valor sobre o outro, ou seja, a existência de uma ordem gradativa entre os valores; mas existem os valores fundamentais e os secundários, sendo que o valor fonte é o da pessoa humana. Nesse sentido, são os dizeres de Reale⁷: “partimos dessa ideia, a nosso ver básica, de que a pessoa humana é o valor-fonte de todos os valores. O homem, como ser natural biopsíquico, é apenas um indivíduo entre outros indivíduos, um ente animal entre os demais da mesma espécie. O homem, considerado na sua objetividade espiritual, enquanto ser que só realiza no sentido de seu dever ser, é o que chamamos de pessoa. Só o homem possui a dignidade originária de ser enquanto deve ser, pondo-se essencialmente como razão determinante do processo histórico”.

Quando a Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, faz emergir uma nova concepção de proteção de cada membro do seu povo. Tal ideologia de forte fulcro humanista guia a afirmação de todos os direitos fundamentais e confere a eles posição hierárquica superior às normas organizacionais do Estado, de modo que é o Estado que está para o povo, devendo garantir a dignidade de seus membros, e não o inverso.

1.4) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Quando o constituinte coloca os valores sociais do trabalho em paridade com a livre iniciativa fica clara a percepção de necessário equilíbrio entre estas duas concepções. De um lado, é necessário garantir direitos aos trabalhadores, notadamente consolidados nos direitos sociais enumerados no artigo 7º da Constituição; por outro lado, estes direitos não devem ser óbice ao exercício da livre iniciativa, mas sim vetores que reforcem o exercício desta liberdade dentro dos limites da justiça social, evitando o predomínio do mais forte sobre o mais fraco.

Por livre iniciativa entenda-se a liberdade de iniciar a exploração de atividades econômicas no território brasileiro, coibindo-se práticas de truste (ex.: monopólio). O constituinte não tem a intenção de impedir a livre iniciativa, até mesmo porque o Estado nacional necessita dela para crescer economicamente e adequar sua estrutura ao atendimento crescente das necessidades de todos os que nele vivem. Sem crescimento econômico, nem ao menos é possível garantir os direitos econômicos, sociais e culturais afirmados na Constituição Federal como direitos fundamentais.

No entanto, a exploração da livre iniciativa deve se dar de maneira racional, tendo em vista os direitos inerentes aos trabalhadores, no que se consolida a expressão “valores sociais do trabalho”. A pessoa que trabalha para aque-

5 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 259300-59.2007.5.02.0202**. Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira. Brasília, 05 de setembro de 2012j1. Disponível em: www.tst.gov.br. Acesso em: 17 nov. 2012.

6 REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 228.

7 Ibid., p. 220.

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

MS-Windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010.	01
MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	08
MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	16
MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.	28
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	33
Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.	36

MS-WINDOWS 10: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2010

Windows assim como tudo que envolve a informática passa por uma atualização constante, os concursos públicos em seus editais acabam variando em suas versões, por isso vamos abordar de uma maneira geral tanto as versões do Windows quanto do Linux.

O Windows é um Sistema Operacional, ou seja, é um software, um programa de computador desenvolvido por programadores através de códigos de programação. Os Sistemas Operacionais, assim como os demais softwares, são considerados como a parte lógica do computador, uma parte não palpável, desenvolvida para ser utilizada apenas quando o computador está em funcionamento. O Sistema Operacional (SO) é um programa especial, pois é o primeiro a ser instalado na máquina.

Quando montamos um computador e o ligamos pela primeira vez, em sua tela serão mostradas apenas algumas rotinas presentes nos chipsets da máquina. Para utilizarmos todos os recursos do computador, com toda a qualidade das placas de som, vídeo, rede, acessarmos a Internet e usufruirmos de toda a potencialidade do hardware, temos que instalar o SO.

Após sua instalação é possível configurar as placas para que alcancem seu melhor desempenho e instalar os demais programas, como os softwares aplicativos e utilitários.

O SO gerencia o uso do hardware pelo software e gerencia os demais programas.

A diferença entre os Sistemas Operacionais de 32 bits e 64 bits está na forma em que o processador do computador trabalha as informações. O Sistema Operacional de 32 bits tem que ser instalado em um computador que tenha o processador de 32 bits, assim como o de 64 bits tem que ser instalado em um computador de 64 bits.

Os Sistemas Operacionais de 64 bits do Windows, segundo o site oficial da Microsoft, podem utilizar mais memória que as versões de 32 bits do Windows. "Isso ajuda a reduzir o tempo despendido na permuta de processos para dentro e para fora da memória, pelo armazenamento de um número maior desses processos na memória de acesso aleatório (RAM) em vez de fazê-lo no disco rígido. Por outro lado, isso pode aumentar o desempenho geral do programa".

Windows 7

Para saber se o Windows é de 32 ou 64 bits, basta:

1. Clicar no botão Iniciar , clicar com o botão direito em computador e clique em Propriedades.

2. Em sistema, é possível exibir o tipo de sistema.

"Para instalar uma versão de 64 bits do Windows 7, você precisará de um processador capaz de executar uma versão de 64 bits do Windows. Os benefícios de um sistema operacional de 64 bits ficam mais claros quando você tem uma grande quantidade de RAM (memória de acesso aleatório) no computador, normalmente 4 GB ou mais. Nesses casos, como um sistema operacional de 64 bits pode processar grandes quantidades de memória com mais eficácia do que um de 32 bits, o sistema de 64 bits poderá responder melhor ao executar vários programas ao mesmo tempo e alternar entre eles com frequência".

Uma maneira prática de usar o Windows 7 (Win 7) é reinstalá-lo sobre um SO já utilizado na máquina. Nesse caso, é possível instalar:

- Sobre o Windows XP;
- Uma versão Win 7 32 bits, sobre Windows Vista (Win Vista), também 32 bits;
- Win 7 de 64 bits, sobre Win Vista, 32 bits;
- Win 7 de 32 bits, sobre Win Vista, 64 bits;
- Win 7 de 64 bits, sobre Win Vista, 64 bits;
- Win 7 em um computador e formatar o HD durante a instalação;
- Win 7 em um computador sem SO;

Antes de iniciar a instalação, devemos verificar qual tipo de instalação será feita, encontrar e ter em mãos a chave do produto, que é um código que será solicitado durante a instalação.

Vamos adotar a opção de instalação com formatação de disco rígido, segundo o site oficial da Microsoft Corporation:

- Ligue o seu computador, de forma que o Windows seja iniciado normalmente, insira o disco de instalação do Windows 7 ou a unidade flash USB e desligue o seu computador.
- Reinicie o computador.
- Pressione qualquer tecla, quando solicitado a fazer isso, e siga as instruções exibidas.
- Na página de Instalação Windows, insira seu idioma ou outras preferências e clique em avançar.
- Se a página de Instalação Windows não aparecer e o programa não solicitar que você pressione alguma tecla, talvez seja necessário alterar algumas configurações do sistema. Para obter mais informações sobre como fazer isso, consulte Inicie o seu computador usando um disco de instalação do Windows 7 ou um pen drive USB.
- Na página Leia os termos de licença, se você aceitar os termos de licença, clique em aceite os termos de licença e em avançar.
- Na página que tipo de instalação você deseja? clique em Personalizada.
- Na página onde deseja instalar Windows? clique em opções da unidade (avançada).
- Clique na partição que você quiser alterar, clique na opção de formatação desejada e siga as instruções.
- Quando a formatação terminar, clique em avançar.
- Siga as instruções para concluir a instalação do Windows 7, inclusive a nomenclatura do computador e a configuração de uma conta do usuário inicial.

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

Conceitos de pastas, arquivos e atalhos, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus

Pastas – são estruturas digitais criadas para organizar arquivos, ícones ou outras pastas.

Arquivos– são registros digitais criados e salvos através de programas aplicativos. Por exemplo, quando abrimos o Microsoft Word, digitamos uma carta e a salvamos no computador, estamos criando um arquivo.

Ícones– são imagens representativas associadas a programas, arquivos, pastas ou atalhos.

Atalhos–são ícones que indicam um caminho mais curto para abrir um programa ou até mesmo um arquivo.

Criação de pastas (diretórios)

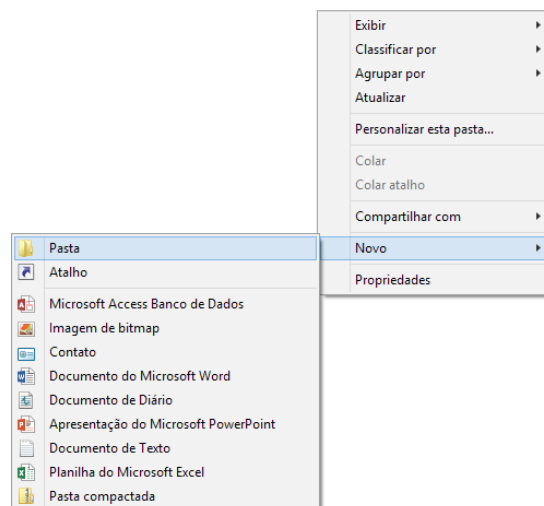


Figura 8: Criação de pastas

Clicando com o botão direito do mouse em um espaço vazio da área de trabalho ou outro apropriado, podemos encontrar a opção pasta.

Clicando nesta opção com o botão esquerdo do mouse, temos então uma forma prática de criar uma pasta.

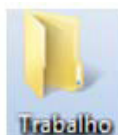


Figura 9: Criamos aqui uma pasta chamada "Trabalho".

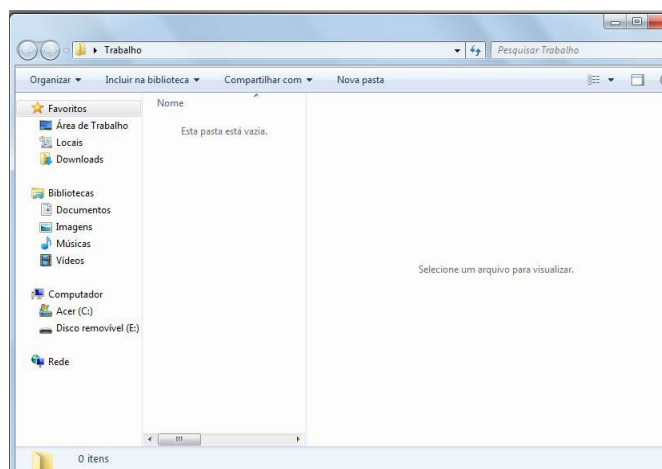


Figura 10: Tela da pasta criada

Clicamos duas vezes na pasta "Trabalho" para abrí-la e agora criaremos mais duas pastas dentro dela: